



PROFESSORES NEGROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELAÇÕES ENTRE DOCÊNCIA, RAÇA E GÊNERO

JOSÉ ERIVAN SOARES

 **EDI-PE**

PROFESSORES NEGROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELAÇÕES ENTRE DOCÊNCIA, RAÇA E GÊNERO

JOSÉ ERIVAN SOARES

**RECIFE – PE
2022**

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

REITOR Prof. Dr. Pedro Henrique de Barros Falcão

VICE-REITORA Profa. Dra. Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti

Conselho Editorial da Editora Universidade de Pernambuco – EDUPE**Membros Internos**

Prof. Dr. Ademir Macedo do Nascimento

Prof. Dr. André Luis da Mota Vilela

Prof. Dr. Belmiro Cavalcanti do Egito Vasconcelos

Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Profa. Dra. Danielle Christine Moura dos Santos

Profa. Dra. Emilia Rahmey Kohlman Rabbani

Prof. Dr. José Jacinto dos Santos Filho

Profa. Dra. Márcia Rejane Oliveira Barros Carvalho Macedo

Profa. Dra. Maria Luciana de Almeida

Prof. Dr. Mário Ribeiro dos Santos

Prof. Dr. Rodrigo Cappato de Araújo

Profa. Dra. Rosangela Estevão Alves Falcão

Profa. Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo

Profa. Dra. Silvânia Núbia Chagas

Profa. Dra. Simara Mônica Vitalino de Almeida

Profa. Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila

Prof. Dr. Waldemar Brandão Neto

Membros Externos

Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento - Universidade Tiradentes (Brasil)

Profa. Dra. Gabriela Alejandra Vasquez Leyton - Universidad Andres Bello (Chile)

Prof. Dr. Geovanni Gomes Cabral - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Brasil)

Profa. Dr. Gustavo Cunha de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (Brasil)

Prof. Dr. José Zanca - Investigaciones Socio Históricas Regionales (Argentina)

Profa. Dra. Letícia Virginia Leidens - Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Prof. Dr. Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho - Instituto Federal da Bahia (Brasil)

Prof. Dr. Pedro Gil Freire Morouço - Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)

Prof. Dr. Rosuel Lima-Pereira - Universidade da Guiana - França Ultramarina (Guiana Francesa)

Profa. Dra. Verónica Emilia Roldán - Università Niccolò Cusano (Itália)

Prof. Dr. Sérgio Filipe Ribeiro Pinto - Universidade Católica Portuguesa (Portugal)

GERENTE CIENTÍFICO Prof. Dr. Karl Schurster**COORDENADOR** Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura**CAPA E PROJETO GRÁFICO** Aldo Barros e Silva Filho**REVISÃO** Os Autores

Este livro foi submetido à avaliação do Conselho Editorial da Universidade de Pernambuco.



Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro, ou de seus capítulos, para fins comerciais.
A referência às ideias e trechos deste livro deverá ser necessariamente feita com atribuição de créditos aos autores e à EDUPE.Esta obra ou os seus artigos expressam o ponto de vista dos autores
e não a posição oficial da Editora da Universidade de Pernambuco – EDUPECatalogação na Fonte (CIP)
Núcleo de Gestão de Bibliotecas e Documentação - NBID
Universidade de Pernambuco

S676p	Soares, José Erivan Professores negros na educação infantil: relações entre docência, raça e gênero/ José Erivan Soares. -- Recife : EDUPE, 2022. 104 p. ISBN 978-65-86413-65-6 1. Educação infantil. 2. Ensino - aprendizagem. 3. Argumentação. I. Título. CDD: Ed. 23 -- 370.0981
-------	---

Elaborado por Claudia Henriques CRB41600

AGRADECIMENTOS

Este momento é significativo, pois posso agradecer a todos que contribuíram nessa minha caminhada, direta ou indiretamente. Vocês foram pessoas especiais nessa jornada. Tenho uma enorme gratidão a cada um que contribuiu nesse meu percurso com palavras de incentivo, para que eu não desistisse, e com propostas fundamentais na construção de conhecimentos.

A travessia do mestrado não foi fácil, uma vez que o processo de pesquisa se deu em meio à pandemia da COVID-19, quando houve a necessidade de realizar o isolamento social. Porém, graças ao criador consegui chegar à reta final. Grato ao carinho das pessoas que acompanharam minhas lutas em busca de “um lugar ao sol”. Concluo esta jornada do mestrado fortalecido e confiante de que preciso ir mais além dos meus objetivos. Então quero agradecer:

A Deus, primeiramente, por ter me concedido todas as dádivas até aqui alcançadas e por me consentir a realização dos meus sonhos e objetivos nesta existência. Gratidão é a palavra dedicada ao senhor meu Deus, por sua eterna compreensão e infinito amor, que não me permitiu desistir. Agradeço, também, pelas conquistas futuras que certamente ele me dará.

Aos meus mentores espirituais que ajudaram-me emanando energias positivas.

A minha orientadora, Tarcia Regina, pela sua generosidade em compartilhar comigo seus conhecimentos; pela confiança em mim depositada e por nortear os caminhos por onde minha pesquisa deveria percorrer; por ter tido paciência e por suas orientações/ensinamentos, que foram fundamentais para a realização desta pesquisa.

Ao meu pai, José Bonifácio Soares (*in memorian*), que já não faz parte deste plano, e a minha mãe, que sempre me incentivou com seu carinho e admiração.

Aos meus irmãos e irmãs, que sempre me incentivaram nos momentos em que eu estava cansado.

Ao amigo Flávio, que com suas palavras sábias e consoladoras conseguiu me encorajar; que nos momentos em que desanimei, sempre soube que podia contar com ele, pelo fato de sempre me acompanhar na caminhada durante todo esse percurso do mestrado, sempre me incentivando e mostrando todo meu desenvolvimento diário.

Ao amigo Alex Lima, que não hesitou em me ouvir e me aconselhar sempre que tinha dúvidas, mostrando os possíveis caminhos que me ajudariam a ter um melhor direcionamento.

A minha tia Luciene Pinto, que com sua doçura e carinho encorajou-me a dar continuidade aos meus estudos. A senhora, minha imensa gratidão. Obrigado por tudo.

À professora Poliana, minha colega de trabalho, minha amiga e minha maior incentivadora nesse percurso, por acreditar que eu poderia chegar mais longe.

Aos colegas do PROCADI da UPE de Garanhuns, pelos estudos, momentos de troca de conhecimentos e atividades compartilhadas. Essa experiência única levarei para a vida inteira.

Aos professores, Dra. Érika de Sousa Mendonça (UPE) e Dr. Erisvelton Sávio Silva de Meloas (UPE), que aceitaram participar da banca de defesa, bem como pelas preciosas contribuições dadas a esta pesquisa na qualificação.

Aos professores que conheci durante toda minha vida escolar, por terem contribuído para que eu chegassem até aqui.

Por fim, sou imensamente grato pela oportunidade de cursar o mestrado profissional pelo Programa de Pós-graduação em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas – PROCADI da UPE de Garanhuns.

SUMÁRIO

- 7 **1 INTRODUÇÃO**
- 10 **1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**
- 18 **2 A PRESENÇA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
REFLEXÕES SOBRE DOCÊNCIA E GÊNERO**
- 31 **2. 1 O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE
HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
- 41 **3 A INTERSECCIONALIDADE ENTRE RAÇA E GÊNERO:
DESAFIOS PARA (RE)PENSAR A PRESENÇA DO PROFESSOR
NEGRO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
- 47 **3. 1 INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO E RAÇA**
- 50 **3. 2 REFLEXÕES SOBRE A MASCULINIDADE NEGRA**
- 58 **4 TECER SOBRE O PROFESSOR HOMEM
ENSINANDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
- 70 **4. 1 DESAFIOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
- 85 **5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO DA PESQUISA**
- 89 **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 92 **REFERÊNCIAS**

1 INTRODUÇÃO

Pretendemos situar esta pesquisa, primeiramente, no âmbito pessoal, uma vez que vivencio rotineiramente a discriminação, enquanto homem, durante o exercício do magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Discriminação essa que também se fez presente tanto no decorrer da minha graduação em Pedagogia quanto na Especialização em Psicopedagogia. Um exemplo: a não aceitação, por parte dos pais, da minha atuação como professor de crianças pequenas, uma vez que essa função é vista como destinada às mulheres. No entanto, esse é um recorte que se refere a gênero. A questão de raça surge das minhas observações desses ambientes nos quais desenvolvi minha caminhada profissional, dentre outros que serão elencados posteriormente.

Importa ressaltar que os empecilhos supracitados começaram a me inquietar, fazendo com que partisse em busca de respostas para as questões e porquês e um baixo quantitativo de homens atuando na Educação Infantil e nos Anos Iniciais. E algo mais forte: a quase inexistência de homens – e homens negros – na docência da Educação Infantil. Diante disso, estabelecemos o seguinte questionamento: onde estão os professores homens negros nas instituições educacionais de Educação Infantil?

Na tentativa de responder ao questionamento acima, se faz necessário compreender – ou ter uma noção – dos fenômenos que contribuem de alguma forma na escassez de professores homens negros; escassez essa ocasionada pelo preconceito e intolerância enraizada na sociedade. A partir desse entendimento de raça, consideramos o gênero como uma construção social a partir dos aspectos biológicos do indivíduo, por meio dos quais se determinam as especificidades e posições de uma mulher e de um homem em relação as suas funções e papéis sociais. Assim, a interseccionalidade entre raça e gênero, na perspectiva da presente pesquisa, evidencia que o preconceito não reside apenas no fato do professor ser homem atuando na Educação Infantil, ele também perpassa a questão racial. Entendemos, assim, que a opressão que o homem negro sofre ao atuar na Educação Infantil envolve dois aspectos: a discriminação racial e a discriminação por gênero.

É importante ressaltar que o homem negro é visto, primeiramente, como um negro, para depois ser visto como um homem. Por conta disso, o homem negro desempenha sua masculinidade a partir das ideais sociais de masculinidade a ele destinadas, as quais ele tenta alcançar para atender à perspectiva estereotipada da supremacia branca. Devido a isso, o homem negro está sempre buscando dar conta do perfil ideal de ser homem.

O profissional docente do gênero masculino e, principalmente, negro, atualmente, vem enfrentando vários entraves no exercício do magistério, sobretudo na Educação Infantil, em virtude dos preconceitos que ainda são muito fortes nos ambientes educativos. Esses empecilhos têm levado muitos profissionais docentes dedicados ao magistério da educação básica a migrar para outras áreas de conhecimento diferentes das suas áreas de formação. Nesse cenário, coadu-namos com Silva (2014), o argumentar que:

Raça, portanto, faz sentido ao estudo sobre os professores homens negros à medida que imprime luta para superar as adversidades que se apresentam e que são inevitáveis ao se pisar o chão da escola de Educação Infantil: um lugar que, ainda, o professor, homem, negro e não negro, não é tão bem-vindo, pois se trata de um espaço feminilizado.(p.109)

Conforme Medrado (1998), essa profissão esteve quase sempre sendo exercida por mulheres, pois, aos olhos da sociedade, elas têm o dom de ser mãe e são associadas ao cuidado, à educação, à afetividade. Dessa maneira, quando um homem se introduz neste espaço, enfrenta preconceitos e barreiras sexistas, uma vez que, na visão social, a figura masculina não reflete atos relativos à sensibilidade para com as crianças. Desse modo, para algumas pessoas, o professor do sexo masculino seria incapaz de exercer o magistério nos primeiros anos da aprendizagem das crianças porque este docente não possui a sensibilidade e o dom maternal de uma professora.

Numa perspectiva sexista, conforme mencionado acima, este profissional se depara com algumas resistências de nível institucional: a escola, as famílias, as colegas de profissão e até mesmo das crianças. Portanto, é preciso o reconhecimento do profissional pedagogo do sexo masculino cuidando e educando de

bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, atentando para a questão de que não é o gênero que determina as competências, mas a dedicação e o comprometimento do profissional em suas funções. Segundo Carvalho (2018):

Na Educação Infantil e nos anos iniciais, a participação das mulheres está, em média, em torno de 90%; nos anos finais e ensino médio, esse percentual cai para valores aproximados de 69% e 60% em 2017 (respectivamente). Já a participação dos homens progride de percentuais abaixo de 4% na Educação Infantil para percentuais em torno de 40% no ensino médio. (p. 18)

Nesse contexto, é possível observar, nos ambientes escolares, um baixo ou inexistente quantitativo de professores homens e negros na docência, principalmente na Educação Infantil. Desse modo, surgem os seguintes problemas de pesquisa: Como os docentes homens negros têm procurado constituir sua identidade como professor de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas? Quais os desafios e as possibilidades subjacentes a sua prática pedagógica e também na convivência com os pares nas instituições educacionais?

Com o propósito de entender e atingir explicações às questões citadas acima, iremos trazer os objetivos que ajudaram a elucidar tais indagações:

- ✓ **Objetivo Geral:** Compreender como a intersecção entre gênero e raça repercute na atuação do professor homem e negro na Educação Infantil.
- ✓ **Objetivos específicos:**
 - ✓ Conhecer as trajetórias profissionais de professores homens e negros na Educação Infantil do Agreste Meridional de Pernambuco;
 - ✓ Analisar a percepção da comunidade escolar sobre a presença do professor homem e negro na Educação Infantil;
 - ✓ Comparar a percepção da comunidade escolar com a trajetória do professor homem e negro na Educação Infantil;

- ✓ Compreender como essas práticas têm contribuído para a perpetuação do sexism e do racismo na Educação Infantil.

Salientamos que o desenvolvimento desta pesquisa visa contribuir para o campo da Educação Infantil e para o campo das discussões raciais, evidenciando que ambos os campos podem contribuir para que a diferença seja o mote do ato educativo. Assim, atentamos para a importância que as relações humanas desempenham no espaço escolar da Educação Infantil, para que essas ossam ser equânimes, desmistificando a ideia que um homem nesse ambiente está no lugar errado, bem como repensando as representações acerca do professor homem negro.

1.1 Procedimentos Metodológicos

Amparado em Minayo (2016), situamos esta pesquisa como de cunho qualitativo, visto que essa abordagem elucida de forma significativa as indagações de um coletivo e segmentos segregados, que têm suas narrativas ancoradas no âmbito social, como também na afinidade e ligação com os seus pares. Como afirma o autor:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, dentro das Ciências Sociais, como o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilha com seus semelhantes. (MINAYO, 2016, p. 20).

A abordagem qualitativa possibilita ao pesquisador trilhar caminhos apontados pelos seus objetivos, procurando entender os significados dos fenômenos de maneira abrangente, em uma conjuntura na qual os participantes desta pesquisa estão inseridos. Portanto, esse tipo de abordagem nos deixa com certa aproximação dos sujeitos pesquisados. Assim, podemos conhecer e

compreender a experiência dos professores negros na sala de aula de Educação Infantil, desvelando o seu cotidiano e percebendo o sentido e sinais que vão além das informações mensuráveis.

Para esse estudo, escolhemos a pesquisa narrativa por ela ser entendida como uma forma de compreender a experiência humana. Trata-se de um estudo de histórias vividas e contadas, pois “uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes contam, mas aquelas também dos pesquisadores” (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p.18). Segundo os autores, que desenvolvem seu trabalho de pesquisa narrativa como método de estudo, o papel do pesquisador é interpretar os textos e, a partir deles, criar um novo texto.

Os dados podem ser coletados de forma oral e/ou escrita, cabendo ao pesquisador decidir qual delas se adequa mais ao perfil de seu estudo. Refletindo sobre educação, vemos a pesquisa narrativa como uma possibilidade de estudo interessante, pois a educação e a vida estão interligadas. Para Clandinin e Connelly (2011), aprendemos sobre educação pensando sobre a vida e aprendemos sobre a vida pensando em educação, pois a vida é preenchida de fragmentos narrativos marcados em momentos históricos de tempo e espaço.

As pessoas vivem histórias e no contar dessas histórias se reafirmam. Modificam-se e criam novas histórias. As histórias vividas e contadas educam a nós mesmos e aos outros, incluindo os jovens e os recém pesquisadores em suas comunidades. (p. 27).

A expectativa da narrativa apresenta uma relação com histórias, geralmente tratadas como textos ouvidos ou contados. No entanto, as experiências relatadas pelos professores entrevistados mostram que a pesquisa narrativa é muito mais do que ouvir histórias, é uma forma de viver; um modo de vida. Conforme Clandinin e Connelly (2011), a pesquisa narrativa é um processo de aprendizagem para que se possa pensar narrativamente, para que se atente para as vidas enquanto vividas narrativamente.

Os limites e uma pesquisa narrativa se expandem e se contraem, e onde quer que se encontrem e em qualquer momento são permeáveis, mas não permeáveis osmoticamente com as coisas tendendo a mover de uma maneira só, mas permeáveis interativamente. As vidas – pessoais, privadas e profissionais – dos pesquisadores têm fluxos através dos limites de um local de pesquisa; de igual modo, embora muitas vezes não com a mesma intensidade, as vidas dos participantes fluem em outra direção (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p.159).

O pesquisador pode enfrentar problemas, como, por exemplo, sentir-se silenciado, sem voz, ao coletar informações. No entanto, ao escrever seu texto de pesquisa, sua voz estará presente e interligada com as vozes dos participantes. Para Clandinin e Connelly (2011), pesquisadores narrativos sabem que o óbvio nunca é esgotado e que mistérios estão sempre ligados ao que parece óbvio. Diante de várias possibilidades, caberá ao pesquisador fazer escolhas durante o processo de escrita e reescrita.

Diferentes níveis de responsabilidade estão envolvidos nos vários tipos de pesquisa, das quantitativas às qualitativas. No entanto, na pesquisa narrativa o pesquisador entra na paisagem e participa de uma vida em andamento. “A relação do pesquisador com a história em andamento do participante configura a natureza dos textos de campo e estabelece seu status epistemológico.” (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p.136).

A relação entre pesquisador e participante estabelece sentidos no texto. Os textos podem ser criados de forma mais ou menos influenciados pelo pesquisador. Ele tem seu modo de pensar e suas perspectivas (teorias, pensamentos, ideologias), devendo estar preparado para lidar com incertezas, pois questões relacionadas às finalidades da pesquisa, hipóteses e objetivos que estavam claros no início do processo investigativo podem não ser concretizados como esperado, pelo menos no resultado final. Segundo Moraes (1999/2000):

A narrativa não é um simples narrar de acontecimentos, ela permite uma tomada reflexiva, identificando fatos

que foram, realmente, constitutivos da própria formação. Partilhar histórias de vida permite a quem conta a sua história refletir e avaliar um percurso compreendendo o sentido do mesmo, entendendo as nuances desse caminho percorrido e reprendendo com ele. E a quem ouve (ou lê) a narrativa permite perceber que a sua história entrecruza-se de alguma forma (ou em algum sentido/lugar) com aquela narrada (e/ou com outras); além disso, abre a possibilidade de aprender com as experiências que constituem não somente uma história, mas o cruzamento de umas com as outras (p. 81).

Acreditamos que a pesquisa narrativa pode provocar mudanças na forma como as pessoas compreendem a si próprias e aos outros. Distanciando-se do momento de sua produção, é possível fazer uma nova leitura de si mesmo. A pesquisa narrativa é um estudo da experiência como história; é, principalmente, uma forma de pensar sobre a experiência, que pode ser desenvolvida apenas pelo contar de histórias, ou pelo vivenciar de histórias. A narrativa é o método de pesquisa e ao mesmo tempo o fenômeno pesquisado.

O registro escrito também permite que o sujeito questione, avalie o que escreveu e como escreveu, posicionando-se como autor e leitor das experiências e vivências narradas. O texto é modelado pelo processo de interpretação do pesquisador, do participante e da relação entre eles, além de ser contextualizado, devido às circunstâncias particulares da situação.

Quando o pesquisador narrativo está em campo, ele nunca está ali apenas como uma mente sem corpo, registrando a experiência de alguém, ele (pesquisador) está vivenciando também essa experiência, tornando-se parte daquele lugar, daquele contexto. Dessa forma, é importante que o pesquisador não se envolva completamente com o estudo, fazendo-se necessário um distanciamento para manter o máximo possível de sua objetividade.

A partir dessas proposições, foram entrevistados, nessa pesquisa, três professores do sexo masculino, que se declararam como pardos ou pretos e que atuam na Educação Infantil. Foram ouvidos relatos de experiência desses

profissionais e, através dos dados obtidos, foi realizada uma análise a partir de suas narrativas, considerando os objetivos da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas foram antecipadamente programadas e acordadas com os docentes. Realizaram-se no período entre abril e julho de 2020. Com a aceitação dos docentes e assinatura do Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistas foram gravadas em áudio para favorecer o procedimento de transcrição de maneira fidedigna às narrativas.

O professor 1 (um) tem 30 anos, formação acadêmica em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco (UPE) e Especialização em Educação Inclusiva pelo Instituto de Consultoria Empresarial, Educacional e Pós-graduação de Pesquisa. Foi gestor por três anos em uma escola da Educação Infantil e coordenador pedagógico de Educação Infantil por um ano.

O professor 2 (dois) tem idade de 36 (trinta e seis) anos e formação acadêmica em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia. Atuou por 9 anos na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Infantil (por mais de 2 anos).

O professor 3 (três) tem 32 (trinta e dois) anos e formação acadêmica em Educação Física, com experiência na área de teatro e música. Atua na área na Educação Infantil há mais de 2 anos. Todos os professores alegam ter trabalhado sempre com contratos nos respectivos municípios.

No intuito de nortear a organização para a realização das entrevistas, as perguntas foram estruturadas para auxiliar na pesquisa com os sujeitos, apontando questões amplas e direcionadoras, a fim de distinguir o diálogo e apreender informações significativas/importantes para serem analisadas.

QUADRO 1 – Roteiro da entrevista

TEMA	QUESTÕES
PROFESSORES NEGROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: relações entre docência, raça e gênero	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Qual seu nome e sua idade? ❖ Qual a sua formação acadêmica? ❖ Qual o seu tempo de formação? ❖ Em seu trabalho, qual a faixa etária das crianças com as quais você atua na Educação Infantil? ❖ Motivos que levaram a escolher o curso de formação de professores? ❖ Como foi a decisão de ser pedagogo, como você e os outros viram essa escolha? ❖ Como é ser homem e professor na Educação Infantil? ❖ O fato de ser homem lhe trouxe algum dilema, algum obstáculo/dificuldade? ❖ Recepção nas escolas? Os pais? E as crianças? ❖ Como é ser homem negro e professor na Educação Infantil? ❖ Já vivenciou alguma situação relacionada à sua cor/raça? ❖ Preconceito ou discriminação durante a sua formação? ❖ Alguma experiência na família ou na escola que o despertou a ser docente? ❖ Como é sua relação no ambiente de trabalho com os/as professores (as)? ❖ Como é seu relacionamento com os alunos e as famílias? ❖ Na escola você já sofreu algum preconceito por ser professor e negro? ❖ Nas formações continuadas, as questões sobre gênero e raça são abordadas?

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2020).

Entretanto, no decorrer da pesquisa, foi preciso fazer adaptações, pois fomos apanhados pela pandemia da COVID-19, transmitida pelo Coronavírus (SARS-CoV-2). Por esse motivo, as entrevistas com os professores foram realizadas a partir de videoconferência.

Para reafirmar as narrativas dos professores entrevistados, elaboramos um segundo questionário de pesquisa no *Google Forms*, que foi enviado através de um link por *e-mail* e via *WhatsApp*. Além disso, como critério de inclusão, foi decidido que escolheríamos profissionais da educação (como professores, coordenadores, gestores e funcionários das instituições) e pais que têm filhos que estudam na Educação Infantil. Quanto ao número de participantes, o total variou com o máximo de 312 (trezentos e doze) pessoas que responderam algumas perguntas e em outras o número de pessoas resultou em 307 (trezentos e sete). Essa oscilação foi ocasionada por dois motivos: o primeiro, a possibilidade da pessoa não se sentir segura para responder à questão proposta; A segunda possibilidade foi de que a pessoa tenha “pulado” para a pergunta seguinte sem perceber.

Em seguida, deu-se início ao cruzamento e análises das respostas obtidas, que teve por finalidade ser uma ferramenta a mais para constatar o preconceito que acomete os professores homens negros em sua atuação na Educação Infantil.

Esse foram os caminhos trilhados nesta dissertação. Para tanto, a sua exposição está organizada em cinco capítulos. Neste capítulo introdutório, apresento o motivo pessoal pelo qual decidimos abordar o tema “Professores negros na Educação Infantil: relações entre docência, raça e gênero”; o objetivo da pesquisa e os procedimentos metodológicos que nortearam a elaboração dessa pesquisa.

No segundo capítulo (A presença masculina na Educação Infantil: reflexões sobre docência e gênero) apresentamos as principais dificuldades e empecilhos que os homens enfrentam ao adentrarem na docência da Educação Infantil. Para tanto, apresentamos também pesquisas que abordaram temáticas semelhantes a minha dissertação, a partir de um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

No terceiro capítulo – “A interseccionalidade entre raça e gênero: desafios para (re)pensar a presença do professor negro na Educação Infantil” – buscou-se,

de início, apresentar alguns aspectos históricos relacionados à questão da raça, percebendo, assim, os resquícios dessa historicidade na atualidade e os entendimentos sobre ela. Quanto à interseccionalidade entre raça e gênero, a discussão volta-se para a presença do professor homem negro na Educação Infantil, percebendo-se que esses estudos auxiliam nas reflexões sobre a vivência de práticas antissexistas na educação. Em relação à masculinidade negra, evidenciamos a questão da masculinidade hegemônica, pois ela atribui a si o ideário do homem perfeito, procurando moldar as populações consideradas subalternas a esse perfil.

No quarto capítulo (Análise de dados), apresentam-se os resultados dos dados coletados a partir dos questionários direcionados à comunidade escolar bem como entrevistas com os professores homens negros que trabalham na Educação Infantil, a fim de conhecer a trajetória profissional deles e fazer o elo entre suas experiências e as percepções da comunidade escolar, identificando assim a presença do sexismo e racismo no que concerne à Educação Infantil.

No quinto e último capítulo, das considerações finais, destacamos elementos imprescindíveis para a discussão, acentuando as barreiras que os homens e negros podem enfrentar ao adentrar no campo da Educação Infantil, sofrendo um duplo preconceito, ao qual concerne a interseccionalidade entre raça e cor.

2 A PRESENÇA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: reflexões sobre docência e gênero

O termo *gênero* foi muito difundido e empregado, aproximadamente, a partir de meados da década de 1970, mediante o crescimento e a expansão dos ideais feministas. Segundo Scott (1990) e Almeida (1998), este foi o período em que se pretendeu quebrar os tabus existentes na sociedade em relação aos papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres durante todo o decorrer da história humana, promovendo, assim, a igualdade de direitos e o respeito mútuo entre os gêneros.

Até o ano de 1980, pouco se discutia sobre as relações de gênero nas instituições educacionais brasileiras. Os estudos de gênero veem a diferença entre os sexos como resultado de um conjunto de conceitos construídos pela sociedade através do qual acabamos promovendo e propagando, muitas vezes, as desigualdades. Estes estudos propõem a análise e a discussão dessa diferença, todavia promovendo a não aceitação delas, do ponto de vista histórico e socio-cultural, uma vez que, ao aceitá-las, acabamos difundindo todo o preconceito e a discriminação que acomete a relação antagônica entre gêneros, conforme Carvalho (1998).

Assim, o foco principal desta pesquisa é a masculinidade negra, com um viés para os estudos de gênero e raça, analisando a presença masculina em atividades “socialmente atribuídas” ao sexo feminino, uma vez que o desempenho de um determinado trabalho destinado à mulheres, ao ser executado por homens, pode gerar uma série de conflitos desde a não aceitação desse profissional naquela atividade à não confiança de sua eficiência no cargo que exerce e/ou, ainda, a sua masculinidade ser posta a questionamentos, gerando assim preconceitos e discriminações.

Sendo assim, os estudos de gênero ajudam a possibilitar uma reflexão a respeito da presença de homens em “atividades de mulheres”, nesse caso, na Educação Infantil, promovendo, desse modo, a compreensão de conflitos, resistências e (in)sucessos desses profissionais que, aos olhos da sociedade atual, ainda parecem trabalhar fora de seu “hábitat natural”. De acordo com Vianna e Ridentie (1998):

Muitas atividades profissionais que se relacionam com o cuidado são consideradas femininas (enfermagem, cuidar de crianças pequenas, Educação Infantil, etc.) A nosso ver, o ato de cuidar, fundamental na relação com a criança, deve ser encarado como uma atividade que envolve compromisso moral de dedicação ao outro e independente do sexo de quem o executa. (p. 99).

Conforme Santos (2015), a educação das crianças está direcionada ao papel docente feminino, uma vez que o ato de cuidar e educar são compreendidos como um trabalho doméstico e este, por sua vez, possui, aos olhos da sociedade, características fundamentalmente femininas, levando em consideração o princípio de “instinto materno” e as questões reprodutivas.

Os professores homens que atuam na Educação Infantil sentem profundamente esses empecilhos causados pelas questões de gênero. Eles, quase sempre, são vítimas de discriminações por atuarem em uma função que, aos olhos da sociedade, não lhes é destinada. Essa imagem distorcida do pedagogo do sexo masculino, vista por parte de uma parcela significativa da sociedade, é fruto de preconceitos impregnados ao longo de muito tempo, de modo que a discussão desses preconceitos possibilitará a desmitificação dos pré-julgamentos que planam sobre o papel do homem como professor da Educação Infantil.

Devido ao preconceito e à discriminação de gênero, estes homens são vítimas de muitas situações, a exemplo: a não contratação de seus serviços (principalmente na rede privada de ensino) e a não atribuição de sua eficiência profissional e os questionamentos acerca da sua sexualidade masculina. Assim, alguns desses profissionais, ao serem contratados ou efetivados para o cargo, são lotados para outras posições, em decorrência do estereótipo fortemente solidificado na sociedade.

Essas posições são geralmente de chefia ou em áreas que lidem com crianças maiores, jovens ou adultos; como coordenador pedagógico ou agente de disciplina, por exemplo. Diante disso, esses profissionais sentem-se desconfortáveis nessas condições, desistindo, assim, da profissão. No entanto, outros permanecem e se conformam com as frequentes recompensas da função. Sobre esses fatores, Sayão (2002) salienta que:

No caso brasileiro, apesar de numericamente ser insignificante o número de professores do sexo masculino atuando nessas instituições, sua presença, dada as especificidades que o trabalho com as crianças pequenas suscita, é motivo de estranhamento por parte não só das mulheres profissionais, como também das famílias das crianças que frequentam estas instituições. (SAYÃO, 2002, p.2).

Desde muito tempo a função do pedagogo – quase sempre – esteve ligada às mulheres. Diante disso, conforme Souza (2010), nas múltiplas propostas de cuidar e de educar as crianças, a maternidade e a esfera doméstica apresentam-se como fatores primários, daí essas características do papel do pedagogo serem atribuídas ao profissional do gênero feminino. Dessa maneira, é possível compreender o porquê desse fato também refletir no exercício da docência nos ensinos primários da educação básica. A respeito da Educação Infantil, Rosenberg (1999) destaca que:

A Educação Infantil – tanto na vertente creche quanto na vertente pré-escola – é uma atividade historicamente vinculada à “produção humana” e considerada de gênero feminino, tendo, além disso, sido sempre exercida por mulheres, diferentemente de outros níveis educacionais, que podem estar mais ou menos associados à produção da vida e de riquezas. Isto é, diferentemente de outras formas de ensino, que eram ocupações masculinas e se feminizaram, as atividades do jardim-da-infância e de assistência social voltadas à infância pobre iniciaram-se como vocações femininas no século XIX, tendo ideais diferentes das ocupações masculinas que evoluíam no mesmo período (p. 11).

Atualmente a figura feminina é considerada, no âmbito de sua prática pedagógica com crianças pequenas, como a melhor representação pelo simples fato de possuir o dom “natural” de ser mãe, uma vez que a Educação Infantil é vista, por alguns, como uma extensão do lar e de responsabilidade de mulheres. Conforme Carvalho (1998):

Predomina uma visão maternal e feminina na docência no curso primário, colocando em relevo os aspectos formadores, relacionais, psicológicos, intuitivos e emocionais da profissão, frente aqueles aspectos socialmente identificados com a masculinidade, tais como a racionalidade, a impensoalidade, o profissionalismo, a técnica e o conhecimento científico. (p. 5).

A feminilização da função do pedagogo difundiu-se quando começaram a surgir as primeiras creches no Brasil, no início do século XX. Em decorrência da industrialização, urbanização e da criação de novos postos de trabalho, os poucos pedagogos do gênero masculino que exerciam a profissão começaram a migrar do âmbito educacional à procura de novos tipos de trabalho que estavam surgindo neste período de expansão capitalista no Brasil.

Com esses novos postos surgiam também novas oportunidades de aumento salarial. Então, o ambiente escolar começa a ganhar características femininas, uma vez que a saída de homens para outros setores trabalhistas oportunizava a entrada cada vez maior de mulheres no exercício do magistério referente à Educação Infantil e aos anos iniciais da educação básica, conforme Fonseca (2011). Portanto, compreende-se que a visão atual do pedagogo está ligada à figura feminina devido a todo esse processo histórico.

Sendo assim, a feminilização da atuação do pedagogo reflete diretamente no ambiente escolar e também social, de modo geral, fazendo com que a função de pedagogo exercida por um profissional do sexo masculino seja mal vista aos olhos da sociedade, uma vez que, nesta perspectiva preconceituosa, o pedagogo seria incapaz de desempenhar sua função com a mesma capacidade, delicadeza e dedicação de uma pedagoga, ao menos que este não fosse “homem de verdade”.

No entanto, não há nenhum estudo científico, segundo Silva (2014), que comprove a não idoneidade de homem em relação a de uma mulher, no que diz respeito às atribuições de um pedagogo. O que existe, de fato, são estereótipos infundados e que, quase sempre, acabam disseminando o preconceito e a discriminação contra esses profissionais.

Nesse conjuntura, em 16 de outubro de 2019, foi publicado, em São Paulo, o Projeto de Lei nº 1174 /2019, em regime de urgência, assinado pelos

deputados Gil Diniz, Janaína Paschoal, Letícia Aguiar e Valéria Bolsonaro, o qual “confere a profissionais do sexo feminino exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil”, ou seja, incita ainda mais o preconceito e as discriminações sofridas por homens que estão atuando nessa área, ou que visam atuar na Educação Infantil, inclusive, até supondo uma possível criminalização, deixando nítido a suposição de que todo homem é capaz de cometer violência contra um incapaz.

Um projeto como esse é um retrocesso à dignidade humana, contra os direitos humanos de igualdade e livre escolha de emprego, como apresentado no Artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. É também uma atitude que vai contra a Constituição Federal (1988), pois nela está evidenciado, no Artigo 5º, inciso I que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Quanto à possível aprovação daquele projeto de lei todas suas implicações negativas aos profissionais do sexo masculino da área a nível social, profissional e pessoal, em sua integridade e dúvidas quanto a seu “caráter”, na teoria, tem-se a seguinte contribuição de Barreto (2010):

O legislador não poderá editar normas que se afastem do princípio da igualdade, sob pena de flagrante inconstitucionalidade. O intérprete e a autoridade política não podem aplicar as leis e atos normativos aos casos concretos de forma a criar ou aumentar desigualdades. O particular não pode pautar suas condutas em atos discriminatórios, preconceituosos, racistas ou sexistas. (p. 10).

No entanto, em 24 de outubro de 2019, a deputada Monica Seixas, da Bancada Ativista (PSOL), fez um protocolo de natureza substitutiva ao que conferia o Projeto de Lei nº 1174 /2019, no qual “confere a profissionais do sexo feminino exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil”. No protocolo de substituição, a ementa defendida pela deputada diz que “confere aos profissionais qualificados e habilitados os cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil e traz outras providências”. Em uma matéria

publicada no site *Yahoo! Notícias*, no mesmo ano, sobre a atitude da deputada, apresenta-se a discussão de que o projeto de lei “reforça o preconceito de gênero” e causa medo a respeito da sexualidade masculina”. Mais adiante, dentre outras considerações, destacamos:

Monica acredita que retirar os professores do sexo masculino da Educação Infantil é fundamental reforçará no imaginário das crianças de que a figura feminina é responsável pelo cuidado e atenção e que o homem não é adequado para isso. Assim perdemos oportunidade de avançar no debate com as famílias e trabalhadores da educação e na formulação de políticas públicas que combatam efetivamente todo tipo de violência contra jovens e crianças, constatou a deputada. (GAVICCHIOLLI, 2019).

Proteger as crianças do risco de violência sexual se faz por programas de ensino sobre educação sexual nas escolas e não afastando os professores homens da sala de aula. E isso não é influenciar a criança ou o aluno em geral a um condicionamento sexual (orientação), mas sim meios apresentados e discutidos na comunidade escolar para que a criança possa se proteger diante de um possível abuso, prevenindo-as a partir da educação.

Partindo das considerações a respeito do gênero, mais precisamente na questão do trabalho do professor homem nesta primeira etapa da educação básica, entende-se que, a partir do momento em que um homem resolve ser um docente da Educação Infantil ele está, de certa forma, lutando a favor da desmistificação de que apenas um determinado gênero, no caso o feminino, é o mais habilitado para o trabalho do cuidar e educar. Essa escolha, muitas vezes, pode ser alvo de resistência e não entendimento por parte de alguns indivíduos da sociedade, os quais ainda acreditam que existem espaços específicos para homens e mulheres. No que se refere a essa questão, Ferreira (2017) destaca:

[...] a presença do homem professor na Educação Infantil é um grande passo na conscientização de que não existem espaços previamente estabelecidos para homens ou mulheres

na sociedade, e que a ética do cuidado pode ser exercida sem conflitos e dignamente por profissionais qualificados, sejam eles homens ou mulheres. Para isso, precisamos reinventar o que significa ser homem e ser mulher. (p. 58).

É necessário e urgente uma conscientização da sociedade para refletir sobre tais aspectos, visto que, para termos uma educação de qualidade, como tanto almejamos, se faz imprescindível entender que para atuar na área da educação em questão é preciso conhecimento específico, ou seja, um profissional que, no mínimo, tenha concluído o ensino superior e que, por interesse do profissional, outras formações de formas processuais se darão no intuito de enriquecer ainda mais seu trabalho na área de atuação, independendo de gênero. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010) evidenciam essas questões, não abordando em nenhum momento o direcionamento do trabalho docente para determinado gênero. E corroboram:

As creches e pré-escolas se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio, refutando assim de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir as necessidades básicas de todas as crianças. (BRASIL, 2010. p. 84).

Vale considerar que quando o homem opta por entrar na Educação Infantil, inúmeros desafios circundam o mesmo. Só o fato de ser homem já é um aspecto desafiador, no sentido de inserção e permanência na profissão, na medida em que precisa mostrar, diariamente, sua capacidade e seu caráter para que assim não ofereça nenhum risco à integridade da criança. Nem sempre a vigilância constante e o preconceito são os únicos desafios com que esse pedagogo lida, conforme apresenta Rabelo (2013):

[...] dois preconceitos (homossexualidade ou incapacidade), pois ou eles têm características femininas e são considerados homossexuais (logo, maus exemplos que não podem dar aulas para crianças); ou tem características masculinas (que não são boas para o ofício) e não possuem, por isso, aptidão para o magistério. Em outras palavras, discrimina-se o homem da docência desse segmento (na maioria das vezes, a discriminação parte das próprias professoras) por ele ser diferente (o diferente incomoda), por ser jovem/imaturo/ inexperiente/irresponsável, por ser autoritário, indelicado ou, simplesmente, sem jeito/vocação. (p. 916).

Podemos perceber que há preconceitos relacionados ao gênero masculino, assim inúmeras dificuldades surgem. Entretanto, é preciso salientar que homossexualidade não é doença, nem mal exemplo para ninguém. Sexualidade é algo interno ao indivíduo. Esse pensamento cruel a respeito da homossexualidade só comprova o preconceito e homofobia presentes na sociedade. Profissionais iniciantes homens, principalmente na área da Educação Infantil, passam, também, pela desconfiança quanto a sua capacidade e qualificação, fazendo-se necessário que esse demonstre e comprove suas qualificações, visto que ele é “algo diferente inserido em um contexto predominantemente feminino, sendo assim natural para sociedade”. Corroborando ainda com Sayão (2005), percebe-se que:

Esse ingresso de professores homens é marcado por inúmeros estranhamentos, interdições e desafios. A presença masculina nesse ambiente predominantemente feminino é cercada de maior cuidado e expectativa, por parte da comunidade e profissionais. [...] os professores do sexo masculino, ao ingressarem na Educação Infantil, tem sua sexualidade colocada em suspeição: de um lado surge o argumento de que esses sujeitos escolheram uma profissão feminina porque não são homens de verdade. Por outro lado, destaca “a crença disseminada de um homem sexuado, ativo, perverso e que deve ficar longe do corpo das crianças”. (p.16).

À medida que um professor homem assume uma turma de Educação Infantil, ele precisa demonstrar diariamente – ou provar, sem exagero da palavra – que é capaz de cumprir seu papel com um bom profissional. Além de desenvolver suas habilidades e competências para executar sua função, deve, também, demonstrar para sociedade que sua sexualidade não oferece perigo aos discentes. Muitos indivíduos ainda possuem a insegurança e também o pensamento extremista de acharem que é um perigo confiar seus filhos ou alunos aos cuidados de um homem, mediante os casos de pedofilia, duvidando, assim, do seu caráter do profissional.

Com isso, Ramos (2011) enfatiza que para serem aceitos pela comunidade escolar, os professores do sexo masculino passam pelo crivo e pela vigilância dos adultos, especialmente quando a função no interior da instituição infantil exige a execução das funções relacionadas ao cuidado das crianças. Essa vigilância dar-se-á a partir de dois pontos importantes: o primeiro, a partir do período probatório, período este obrigatório a todo funcionário público em seu início de carreira, onde o servidor será avaliado nos aspectos de capacidade e aptidão para desempenhar a função para o qual foi nomeado, e, no caso dos professores homens na educação, há um segundo período de avaliação, o qual considera-se como o “período comprobatório”, no qual o servidor é observado atentamente pelos demais funcionários. E podemos dizer, também, avaliados pelos responsáveis pelos alunos, para averiguarem suas atitudes e ações.

Podemos depreender que o segundo período poderá ser constante e contínuo, a depender da comunidade escolar, dada a representação do gênero masculino presente na sociedade. Ramos (2017) explica que, como parte desse período, professores homens ao chegarem nas instituições são direcionados para desempenharem o cargo de professor de apoio, ou desempenharem trabalhos em espaços onde possam ser vistos com mais ênfase por todos; em espaços abertos.

O autor supracitado considera que essas atitudes por parte das coordenações das instituições “revela uma explícita interdição da presença desses homens em tarefas que envolvem os cuidados corporais de crianças de menos idade, especialmente quando se trata de meninas” (RAMOS, 2017, p. 127). O autor acentua, ainda, que:

Tais proibições explicitam de maneira muito evidente (poucas vezes são sutis) as interdições postas para o homem que se propõe atuar como professor de criança pequena. Dessa maneira, é facilmente possível confrontar a realidade social que aponta que as relações humanas, mais do que nunca, se transformam em velocidade, intensidade e alcance sem precedentes na história e, ao mesmo tempo nós, humanos, continuamos ratificando formas diversas de preconceito. (RAMOS, 2017, p.162).

As mudanças nas relações sociais evoluem de forma sistêmica e contínua. Papéis outrora atribuídos a determinado gênero, nos tempos atuais foram invertidos e sabemos que não foram e – não são – mudanças rápidas ou de fácil aceitação. Comportamentos vão mudando, campos de trabalho também. Mas tudo se dá a partir da coragem de homens e mulheres que persistem, lutam e mostram para a sociedade, a partir do seu trabalho, que a capacidade para desempenhar tal função independe de gênero.

Silva e Luz (2010) afirmam que a presença de professores homens e professoras mulheres na escola, especificamente na Educação Infantil, auxiliam na constituição das representações do “feminino e masculino” para as crianças. Outro aspecto muito relevante que podemos destacar são questões ligadas à homofobia, velada ou não, existente no meio docente, de modo específico. Pois, só o fato de escolher uma profissão tida como feminina implica na desconfiança da masculinidade do profissional, neste caso, professor da Educação Infantil. Podemos destacar a observação de Sayão (2005) a partir de uma pesquisa que evidenciou a homofobia presente na fala de um dos participantes de sua pesquisa:

Quando percebi a reação homofóbica que se manifestava contra a contratação de professores homossexuais na Educação Infantil, e quando perguntei o que significava a criança nesta idade ter muito referencial, o professor explicou-me que os/as pequenos/as se identificam demais com tudo o que veem e, por isso, terem um professor homossexual poderia despertar tais sentimentos, especialmente nos meninos. [...] Ora, o pensamento construía-se por uma lógica em

que a homossexualidade era percebida como “produto” da relação com uma única pessoa, no caso o professor, e concebida como algo que acontece mecanicamente: professores homossexuais=crianças homossexuais (SAYÃO, 2005, p.224).

No momento em que homem adentra em instituições educacionais e precisamente para ensinar a crianças pequenas e crianças bem pequenas, há especulações referentes à sua sexualidade, como também se é casado e tem filhos. Essa construção da identidade do docente do gênero masculino quanto a sua profissão dar-se-á a partir do momento em que ele desperta a vontade de trabalhar na área da Educação Infantil, sendo uma construção continua e diária. Segundo Pereira (2016):

Nesse sentido, na Educação Infantil, é lícito supor que a norma são mulheres no cuidado e educação de crianças, não há espaço para “uma” identidade, “a” identidade hegemônica passa a ser a mulher: maternal, carinhosa, delicada. O seu *Outro*, o homem, “torna-se estrangeiro” em território considerado “naturalmente” feminino, e como todo “estrangeiro”, levanta suspeitas, curiosidades, e consequentemente, fabrica-se “verdades” sobre este ser “forasteiro”. (p. 63).

Nesse contexto, a temática de gênero, especificamente o masculino, na Educação Infantil, é de muita relevância para reflexões sobre mudanças positivas na sociedade e sobre “dar voz” aos indivíduos que muitas vezes são excluídos, banalizados e estereotipados pelo simples fato de serem homens que resolvem se formar e trabalhar em uma área atribuída ao gênero feminino. São reflexões que vão muito além da questão profissional do indivíduo, mas também de como todo esse processo afeta seu lado pessoal e humano. Carvalho (1998) destaca que:

Hoje, na prática escolar em nosso país, predomina uma visão maternal e feminina da docência, colocando em relevo os aspectos formadores, relacionais, psicológicos, intuitivos e emocionais da profissão, frente aqueles aspectos socialmente

identificados com a masculinidade, tais como a racionalidade, a impessoalidade, o profissionalismo, a técnica e o conhecimento científico. (p. 104).

O cuidar e o educar são subsídios que incumbem à constituição da pedagogia da Educação Infantil e são indissociáveis (CAMPOS, 1994). Porém, o que se apreende é que o padrão de educação familiar permanece forte na essência das instituições infantis. As diferenças entre homens e mulheres são distintas pela reprodução, especialmente na organização da profissionalização docente, revelando um entendimento doméstico da Educação Infantil e separando a possibilidade de ascensão do educador homem no cuidado e educação de crianças pequenas.

A realidade tem apontado que acontece, cada vez mais, a entrada de educadores homens na Educação Infantil, operando no cuidado e educação de crianças entre 0 e 6 anos de idade, a partir de informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP (BRASIL, 2012). A entrada desses profissionais transforma a maneira como a identidade escolar percebe a educação de crianças pequenas e a profissionalização docente, assim como faz emergir questões contidas nas relações de gênero.

Um lugar em que haja homens e mulheres atuando como docentes de crianças pequenas autoriza a constituição paralelas de identidades profissionais, implicando, portanto, que não há uma forma comum masculina e feminina de cuidar e educar a pequena infância: tanto o jeito de ser homem quanto o de ser mulher constitui-se em artifícios que a cercam no âmbito da cultura. Segundo salienta Carvalho (1999), a extrusão com os modelos convencionais de feminilidade e masculinidade ressignifica a identidade de gênero tanto quanto o modelo do educador/educadora ideal na educação.

Belotti (1975) já garantia, em seus estudos, que não se justifica a exceção dos homens na profissão de educadores da primeira infância. Ao adverso daqueles que confiam que por causa dos preconceitos sociais lhes é recusada a possibilidade de atuar na educação da primeira infância, os homens podem se tornar fantásticos educadores. Belotti (1975) argumenta que:

[...] o julgamento social de uma profissão tem um peso enorme quando um adolescente resolve escolher, e muitas forças em torno dele o arrastam e o impelem. Nesse caso, surge o medo do ridículo (é um “trabalho para mulher”), o temor de ver posta em dúvida a própria virilidade, o embaraço por se ver isolado em um grupo homogêneo pertencente ao outro sexo – a mulher desperta certa curiosidade cética quando abraça uma profissão masculina, mas o seu prestígio cresce com isso, ao passo que o homem suscita ridículo e comiseração, pois o seu prestígio, com isso, diminui; o risco de ser considerado extravagante ou mesmo ‘anormal’ e por conseguinte tende apresentar uma justificação para essa escolha [...]. (p. 114).

As articulações, percepções, superstições e contradições causadas pela assiduidade masculina em ambientes culturalmente identificados com a presença feminina aparece como um campo de julgamento bastante produtivo, à medida que esses espaços formais de educação de crianças pequenas têm se formado como um dos espaços de possibilidades de modificações e alterações dos discursos. Em todo discurso, ponderado ou silenciado, existem semelhanças de poder que determinam os sujeitos, suas expectativas e identidades.

Com relação ao cuidado e à educação de crianças pequenas em instituições, há várias questões a se constituírem e serem trabalhadas, objetivando um conhecimento mais igualitário entre homens e mulheres e quanto ao *status* da profissão. É indispensável haver maior abundância de estudos sobre a feminilização e a masculinização das profissões, uma vez que este é um assunto essencial para as políticas de poder que restringem a homens e mulheres determinados tipos de trabalho, analisando, sobretudo, suas características sexuais.

No decorrer da história da Educação Infantil, o cuidar/educar eram tidos como atividades que poderiam ser executadas apenas por mulheres. Caracterizada pela cultura, a ação de cuidar era uma atividade tida como familiar, de responsabilidade das mulheres, marcado pelas mães e mulheres mais próximas às crianças. É imprescindível que, dentre os vários papéis que homens e mulheres exercem na sociedade, o papel de educar e cuidar de crianças pequenas em ambientes

coletivos possa e deva ser cumprido também pelos homens. A prática de educar e cuidar desempenhada pelos homens não desampa a mulher, nem também desvaloriza a figura masculina. Ao contrário, fortalece a importância de uma sociedade educacional e humanística que independente do sexo do educador ou educadora e que promove competências e habilidades que estão incluídas em saber fazer, saber coexistir e saber ser.

Partindo dessa pressuposição, isto é, de que cuidar e educar de crianças pequenas na Educação Infantil pode ser exercido por ambos os sexos, os espaços educacionais precisariam se transformar em espaços que não excluíssem, mas que apresentassem como princípios o respeito e a valorização das diferenças, uma vez que, para ser um bom educador ou educadora, o foco deve ser a qualificação profissional, e não o gênero do profissional.

2. 1 O que dizem as pesquisas sobre homens na educação infantil

Apresentamos, a seguir, um levantamento bibliográfico que tem por finalidade de abordar o tema em questão: educadores homens na Educação Infantil. Usando as ferramentas de busca disponibilizadas através do Catálogo de Teses e Dissertações (*site* da CAPES), foram encontradas uma quantidade de 15 (quinze) pesquisas. Porém, utilizamos como critério de seleção as palavras “docente homem ensinando a criança”. A pós a leitura dos resumos dos trabalhos, para buscar relações diretas com o objeto de estudo, apresentamos um escopo de 11 (onze) dissertações de mestrado e 1 (uma) tese de doutorado, por meio de levantamento realizado no mesmo site.

Também realizamos o mesmo processo no portal de periódicos da CAPES e no portal *Scielo*, procurando artigos científicos com o mesmo viés da discussão. Assim, foram encontrados 4 (quatro) artigos. Essas pesquisas mostram o quanto o tema provoca indagações, bem como a relevância dos estudos para nossa contemporaneidade, que é a questão da docência e gênero na Educação Básica.

O artigo de Amanda Oliveira Rabelo (2010), da Universidade de Aveiro (UA), faz parte de um estudo comparativo que dá conta de uma busca centrada na figura do professor do sexo masculino que trabalha no ensino público primário do Rio de Janeiro (Brasil) e em Aveiro (Portugal). O que se pretende averiguar,

fundamentalmente, são os motivos da escolha profissional destes professores que enveredam por uma área tipicamente associada com o feminino.

A autora disserta que a presença de professores do sexo masculino na docência deste segmento é uma forma de inserir as questões de gênero na educação, mostrando que existem outras vozes que ecoam nas escolas, ou seja, indivíduos capazes de exercer esta profissão independente do seu sexo. A pesquisa demonstra que, diferentemente do que divulgam algumas representações que circulam na sociedade, os homens também gostam de crianças e escolhem a profissão docente por gosto. A metodologia utilizada para abranger os objetivos consistiu em elaborá-la a partir de um conjunto dos processos. Ou seja, não foram separados os enfoques de investigação quantitativo e qualitativo, ao contrário, de acordo com a proposta de Sampieri, Collado e Lucio (2006), preferiu-se um modelo multimodal e misto de investigação, que converge tais enfoques aproveitando as suas vantagens.

A abordagem qualitativa e narrativa serviu para obter uma maior profundidade dos dados, e o método quantitativo possibilitou obter também dados mais gerais sobre a temática. Portanto, as narrativas dos entrevistados, assim como as questões abertas respondidas pelos abordados, demonstraram que os homens gostam de lidar com crianças e que a maioria escolheu esta profissão por gosto e não porque foi a melhor opção possível. Mesmo assim, eles levam em conta a viabilidade da profissão, o que demarca que os professores não estão alheios às vicissitudes da vida e que as motivações estão interligadas, não sendo possível separá-las.

No entanto, alguns professores que optaram pela docência por motivos extrínsecos a ela passaram, depois, a gostar da profissão, o que também pode indicar que os professores romperam as suas próprias representações de que o homem não é capaz de ensinar a crianças por não ter os “dons maternos naturais”.

A dissertação de Patrícia Gouvêia Nunes (2013), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), teve como objetivo investigar e analisar o professor homem na Educação Infantil da rede municipal de ensino de Rio Verde (GO) e como esse é percebido pela comunidade escolar. Ela usou o método qualitativo e a investigação desenvolveu-se mediante estudo bibliográfico/análise documental. A autora também fez uma aplicação de questionários com perguntas

objetivas e subjetivas, a fim de conhecer melhor esses profissionais e sua atuação no campo educacional, seguida, finalmente, de entrevistas.

Diante disso, identificou-se que a atuação dos professores do município de Rio Verde na Educação Infantil é marcada por relações de poder que permeiam as relações sociais e de gênero presentes nos espaços sociais. Ou seja, há uma pequena parcela de docentes do sexo masculino atuando nos anos iniciais por consequência do preconceito e discriminação dos funcionários do município supracitado, especificamente das instituições educacionais que ofertam o ensino básico.

Constatou-se, ainda, que homens em espaços considerados historicamente como femininos apresentam a manutenção de características de prática docente associada à masculinidade tradicional, como um *habitus* cultural mantido pela violência simbólica. Nessa dissertação, a autora traz o processo histórico da educação brasileira, no que concerne à forma de como se dá o início das mulheres nesta profissão, e destaca que elas não tinham formação para atuar nesta área, porém, por ser um ensino voltado para crianças, não havia interesse em um ensino propriamente dito, mas o foco era o cuidado sem nenhuma intenção pedagógica.

Contudo, no capítulo “Homens na Educação Infantil”, ela afirma que é o homem que transmite mais segurança para as crianças, porque elas, quando veem a figura do homem, têm mais receio, a disciplina é melhor, mesmo que, às vezes, o homem não tenha o total domínio da disciplina. Porém, é primordial boa formação que vise a sanar esse pensamento que qualquer um pode ensinar na Educação Infantil.

A dissertação de Mariana Kubilius Monteiro (2014), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/SP), teve como objetivo analisar a trajetória profissional de professores homens que atuavam na rede municipal de ensino de Campinas/SP. Os sujeitos entrevistados na pesquisa foram todos os professores homens da Educação Infantil que atuavam na rede municipal, totalizando 7 (sete) entrevistas – além da coleta de dados estatísticos.

Os dados mostraram que a escolha pela carreira na Educação Infantil recebeu influência dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação, bem como se mostrou uma boa oportunidade de emprego. O ingresso e permanência na profissão foram marcados tanto por desafios característicos da área, quanto por dificuldades decorrentes de uma noção hegemônica de masculinidade,

questão que levou a questionamentos acerca da presença masculina na Educação Infantil, sobre a escolha profissional, aos procedimentos adotados em momentos de cuidado e acerca da orientação sexual dos sujeitos.

Com isso, o fato de os homens professores constituírem um grupo minoritário nesse campo de atuação profissional, que é a docência na Educação Infantil, foi exatamente o elemento que propiciou o surgimento da pesquisa. Outro aspecto característico desvelado a partir da abordagem das histórias de vida de professores do sexo masculino que os fez optar pelo magistério e trabalhar em uma profissão que é direcionada ao sexo feminino foi a influência das mães e professoras quanto à oportunidade de emprego gerada pela carreira.

A dissertação de Lilian Borges dos Santos (2014), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), teve como objetivos: (a) analisar a docência masculina na Educação Infantil e compreender quais sentidos do trabalho da educação e (b) analisar o cuidado de um auxiliar e seus desdobramentos no cotidiano de uma escola de Educação Infantil de rede municipal de Pelotas/RS. A autora usou o método qualitativo. A pesquisa foi realizada em uma turma de 20 (vinte) crianças da faixa etária entre 4 (quatro) e 5 (cinco) anos em Pré-Escola, na qual trabalham uma professora e um auxiliar.

Os principais instrumentos de pesquisa utilizados foram observações, entrevistas semiestruturadas com a professora e o auxiliar. Já com as crianças, foram utilizadas conversas informais. As temáticas de análise indicam que, assim como outros homens que trabalham na Educação Infantil, o auxiliar enfrentou desafios ao ingressar na carreira, tais como: ser substituto das colegas; maior gasto de tempo para mostrar as suas competências e maior tempo para ser aceito em um ambiente majoritariamente feminino. Ou seja, o auxiliar passou por um período em que foram observadas suas aptidões enquanto homem lidando com criança.

Os docentes homens, quando adentram o ambiente da Educação Infantil, se deparam com desafios que são explicados em virtude dos litígios das regras e dos padrões de comportamento socialmente esperados – heteronormas, assim como suspeitas de pedofilia, que recaem, principalmente, sobre pessoas do sexo masculino, sendo possível verificar diferenças quanto ao ingresso na carreira docente.

A professora entrevistada relata ter escolhido a profissão por vocação e o auxiliar, pela inserção no mercado de trabalho e estabilidade profissional

imediata. Finalmente, de maneira geral, o trabalho pedagógico é compartilhado entre o auxiliar e a professora e segue as resoluções vigentes, no que diz respeito à indissociabilidade entre educação e cuidado, o que também parece ser compreendido pelas crianças. Entretanto, percebe-se que a mulher se inseriu por perceber que tinha habilidade, uma vez que, segundo algumas pesquisas, o sexo feminino já tem uma predisposição, sendo algo intrínseco pertencente a ela. Já o professor do sexo masculino está sempre ligado à instabilidade ao arranjar um emprego, poucas vezes aparece como vocação.

A dissertação de Karine Jacques Hentges (2015), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), teve como objetivo conhecer as representações das diretoras de escolas de Educação Infantil sobre professores/auxiliares homens, de modo a identificar o que pensam as diretoras sobre as masculinidades presentes no espaço escolar. Buscaram, também, compreender se é oportunizada ou dificultada a inserção dos homens nesse espaço profissional. Com o método qualitativo, a pesquisa foi realizada com diretoras de cinco escolas de Educação Infantil localizadas no município de Pelotas/RS, que possuem em seu quadro de funcionários professores ou auxiliares homens.

A análise dos dados foi agrupada em algumas temáticas principais: a organização escolar e inserção dos professores homens nesse espaço; as relações existentes entre os professores e as professoras e a divisão de tarefas; as relações entre os pais, as crianças e os professores bem como alguns apontamentos sobre o que leva os professores a afastarem-se das escolas de Educação Infantil.

Os resultados indicam que há divisão de tarefas entre professores e auxiliares e isso se intensifica quando os profissionais são homens, sendo que esses dificilmente realizam tarefas de contato corporal com as crianças. Além disso, os dados apontam para uma boa relação entre crianças e professores homens, diferentemente do que ocorre na relação com os pais, na qual os profissionais são, na maioria das vezes, vistos com desconfiança.

No que tange ao afastamento dos professores homens da Educação Infantil, as diretoras referem três possíveis razões, sendo elas (a) os baixos salários; (b) a relação da profissão com a maternagem e, por último, (c) as suspeções acerca da sexualidade dos docentes. Deste modo, a partir desta pesquisa, é possível compreender, segundo as representações de diretoras, as relações que

permeiam a atuação dos homens em escolas de Educação Infantil e como isso se reflete nas práticas cotidianas, principalmente na divisão de tarefas para um e outro sexo. Esse trabalho ainda possibilitou conhecer como as temáticas de gênero, sexualidade e masculinidade perpassam as interações entre pais, crianças, professoras e professores no espaço escolar.

O artigo de Aliandra Cristina Mesomo Lira e Geovana Paula Bernardim (2015), da Universidade de Santa Catarina (Unisul), tem como objetivo problematizar como o papel do professor de crianças foi sendo relegado à mulher, pois as mesmas tecem uma trajetória da atuação das mulheres dentro dos seus lares, que tem como finalidade o cuidado dos seus filhos. Somente a partir de lutas é que elas começam aos poucos serem inseridos dentro das instituições educacionais, tornando-se professoras, uma vez que as literaturas apontam a naturalidade no cuidar das crianças, no que concerne ao papel das mulheres segundo os padrões sociais desta época.

As autoras apontam a importância de boa formação independente do gênero, pois até no final do século XIX acreditava-se que bastava apenas ser mulher/mãe para se assumir a função de cuidadora. Na contemporaneidade, esse posicionamento tem sido bastante questionado tanto pelos colegas de profissão, quanto pela sociedade, pois o gênero não abaliza um bom professor ou boa professora, mas sim a dedicação e o comprometimento do docente.

A dissertação de Rodrigo Ruan Merat Moreno (2017), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), teve como objetivo conhecer e compreender como as trajetórias de vida fizeram com que os homens escolhessem o ofício da docência relacionada à Educação Infantil, além de analisar o processo de inserção e permanência no cotidiano com as crianças. Ainda, se preocupou em perceber como a memória e as experiências contribuíram para o desenvolvimento da identidade profissional desses docentes.

Com o método qualitativo, no decorrer da investigação foi desenvolvido um mapeamento dos professores homens que atuam na Educação Infantil, olhando diferentes perspectivas: nacional, regional, do município do Rio de Janeiro junto a suas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE). Foram entrevistados 15 (quinze) homens de diferentes CRE, tratando de diferentes assuntos, dentre eles: formação, escolha da profissão, cotidiano na Educação

Infantil, gênero, masculinidades e identidade docente. Diante disso, a imagem do homem, especialmente ligado à docência e no cuidado da primeira infância, é vista com certo estranhamento, principalmente com a associação da docência ao sentimento maternal, que para muitos é um aspecto natural das mulheres.

De acordo com a pesquisa, outro fator que contribui para tal estranhamento são os estereótipos criados, principalmente, apoiados em notícias da mídia. Porém, mesmo a passos pequenos, os homens conseguem se inserir nas escolas. Confirmando este panorama, Ramos (2011), Monteiro e Altmann (2014) bem como dados do Censo Escolar (BRASIL, 2009) mostram que são poucos os que estão atuando diretamente com crianças: cerca de 2% a 6%, pois esses profissionais do sexo masculino são colocados em funções de coordenação ou de disciplina. Em alguns casos, por pedido da família do discente, pelo preconceito da secretaria de educação ou mesmo da própria instituição educacional.

Com o método qualitativo, foram entrevistados 3 (três) professores homens oriundos de diferentes municípios do Estado do Rio Grande do Sul e que estavam atuando em escolas de Educação Infantil. A partir das análises, constata-se que os homens enfrentam dificuldades ao optarem por essa profissão normalizada como feminina. Apesar disso, alguns homens resistem, negociam e se mantêm nessa atividade, demonstrando que as masculinidades são múltiplas e plurais, construídas em meio aos desafios e possibilidades que a docência em Educação Infantil produz.

A pesquisa de Angelita Alice Jaeger (2017), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), teve como objetivo analisar as relações de gênero e a construção da docência masculina na Educação Infantil (EI), compreendendo como se dá a escolha e a inserção Educação Infantil é construída por meio do trabalho diário de homens e mulheres, e não está determinada por uma estrutura de gênero que seria o ponto fundamental da profissão. Deste modo, o que a autora quer apontar é como essas construções podem evidenciar diferentes masculinidades e feminilidades como processos relacionados ao contexto pedagógico, assim como aos profissionais que ali atuam, denotando um mundo social em que as identidades e subjetividades se entrecruzam, interferindo, assim, nas interações que acontecem nesses espaços (SAYÃO, 2005).

Desse modo, fica evidente que as relações de gênero se constituem nas escolas de Educação Infantil, e mais: a forte presença das mulheres e o escasso número de homens neste contexto apontam que é necessário e urgente visibilizar essas discrepâncias e, sobretudo, inquirir e problematizar tais situações. Nesse sentido, a pesquisa frisa o posicionamento de três professores, que apontaram, dentre outros aspectos, as vivências da infância ou da adolescência como momentos cruciais em que a aspiração pela busca de formação profissional, seja para sustentar as práticas que já vinham desenvolvendo com crianças, seja para concretizar encaminhamentos familiares, rascunhavam-se num futuro não muito distante.

Em suma, segundo Jaeger, nessas experiências percebiam que “trabalhar com os/as pequenininhos/as impunha certo conhecimento no que concerne ao cuidar/educar” (SAYÃO, 2005, p. 257). Para que esses professores se tornassem aptos a trabalhar com as crianças, era necessário que investissem em formação acadêmica, resultando na busca pelo Curso de Pedagogia. Além disso, Jaeger (2017) percebeu que era importante ter o conhecimento teórico para embasar suas práticas enquanto professores da Educação Infantil.

A dissertação de Waldinei do Nascimento Ferreira (2017), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), teve como objetivo investigar as relações de cuidado dos relatos dos homens professores nos equipamentos públicos de Educação Infantil da Prefeitura de Belo Horizonte. Alguns questionamentos e indagações orientam esse estudo, tais como: compreender como esses homens professores e direção escolar percebem as relações sociais de cuidado, bem como os significados e sentidos; quais as dificuldades enfrentadas no dia a dia em relação às expectativas do cuidado e educação.

Assim, com o método qualitativo, foram utilizados questionários padronizados com o objetivo de se levantar alguns dados dos professores que poderiam participar das entrevistas. Dessa forma, foi executada uma pesquisa via internet com o propósito de saber o ponto de vista dos internautas sobre a presença dos homens professores na Educação Infantil. Foram também realizadas três entrevistas com homens professores: duas entrevistas com as vice-diretoras e uma com uma coordenadora das instituições investigadas. Com isso, a pesquisa possibilitou compreender a temática do cuidado de realizar por estes profissionais na Educação Infantil sobre o refinamento do olhar destes homens professores e da direção

escolar. A pesquisa aponta que as relações de cuidado necessitam ser repensadas sobre o prisma das relações de gênero e se faz necessário delinear mudanças na formação do docente, principalmente, na interação das unidades municipais de Educação Infantil de Belo Horizonte com professores e comunidade escolar.

A dissertação de Lucas Cardoso Martins (2017), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), teve como objetivo refletir e problematizar os processos de constituição das identidades docentes de professores homens que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no município do Rio Grande/RS. Com o método autobiográfico, considerando as experiências narradas e os significados atribuídos a elas, foram entrevistados quatro professores homens, a fim de apreender elementos significativos como a escolha pela profissão, os caminhos da formação docente, as experiências enquanto professores, bem como os desafios e as possibilidades que se apresentam na prática profissional. Do mesmo modo, as relações estabelecidas com os sujeitos que interpelam o trabalho docente e principalmente as construções e reconstruções das identidades destes profissionais.

Historicamente, a docência com crianças constituiu-se como uma profissão pertencente ao gênero feminino, devido às representações socialmente impostas, atribuindo à educação um caráter assistencialista, na qual as mulheres seriam mais indicadas. Desse modo, com base nas narrativas dos entrevistados, o autor destaca que, para eles, ao ingressarem na docência, fez-se necessário empreender esforços para romper com as expectativas sobre a figura do professor, que geralmente, nos Anos Iniciais, são mulheres, fazendo com a constituição de suas identidades fossem cunhadas a partir de lutas e conflitos.

Verificamos, ainda, como são criados vínculos relacionais entre as crianças e os professores, independente do gênero, com diferentes demonstrações de afetividade no convívio diário. Assim, o autor defende que a educação seja um espaço democrático, buscando romper e superar qualquer tipo de discriminação. Além disso, percebemos que, embora a docência passe por constantes desafios, compreendemos que ela é vista como uma profissão de extrema importância, sendo que, a partir da prática, dos erros e dos acertos é que as identidades docentes são constituídas.

Assim, aliado a esse fator, o autor afirma que a cobrança social de que o homem deve ser o provedor da família teve muita influência neste processo.

Os homens, ao optarem por uma área de atuação quase que abandonada pelo gênero masculino, assume os riscos e os desafios impostos pela sociedade. Não basta apenas buscar a formação necessária, mas frequentemente são postos à prova, tendo que superar preconceitos e demonstrar suas competências, sendo muito mais cobrados do que as mulheres.

A tese de Maria da Conceição Silva Lima (2017), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), teve como objetivo analisar de que forma as experiências decorrentes das trajetórias vivenciadas influenciam na constituição da identificação profissional docente de professores homens que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal do Recife. O estudo analisou as histórias de vida de quatro docentes de quatro escolas da rede municipal do Recife, no que concerne aos conhecimentos tidos pelos sujeitos, como formação, que envolvem aproximações e distanciamentos com o magistério, com destaque para os elementos que corroboram ou não essa escolha profissional. O método utilizado foi o qualitativo e a pesquisa foi realizada com entrevistas semiestruturada, nas quais foram entrevistados 4 (quatro) professores homens.

Os resultados da pesquisa permitem que os entrevistados disponham de suas vivências como professor homem atuando na Educação Infantil, distinguindo como a trajetória escolar influencia absolutamente nas assimilações iniciais com o magistério, embora a escolha pela Licenciatura em Pedagogia e pela sala de aula nessa área ainda seja menos importante. Como as influências da formação inicial, com destaque para figura dos mestres e experiências de estágio que adaptaram metodologias de aproximações com a atividade docente e a confirmação do campo profissional, como espaço de contínuo de construção, a partir das relações estabelecidas com os pares e com a cultura escolar.

Ao apresentarmos esse arcabouço teórico sobre a presença de homens na Educação Infantil, buscamos fortalecer a importância da abordagem da temática, bem como assumir a luta por uma sociedade mais justa e equânime que vise a valorização das diferenças.

3 A INTERSECCIONALIDADE ENTRE RAÇA E GÊNERO: desafios para (re)pensar a presença do professor negro na Educação Infantil

Neste capítulo, abordamos questões relacionadas à raça, compreendida como uma construção social, política e cultural, fruto de relações sociais desiguais de poder (GOMES, 2005), assim como suas implicações na sociedade a partir de uma breve perspectiva histórica, para que possamos conhecer e refletir como o fenômeno do racismo ainda se faz presente na contemporaneidade, adentrando, assim, com muita força nos espaços educacionais.

Munanga (2000) explica que, no Século XV, a partir das navegações europeias, os europeus supuseram que “descobriram seres humanos primitivos”. Entretanto, só se poderia considerá-los como seres humanos a partir da comprovação de que eles de fato eram. Nesse contexto, o autor explica que o ser humano considerado primitivo precisava ser cristianizado para sair da natureza pecaminosa. Foi assim que a escravidão foi aceita e abençoada pela igreja católica como forma de conversão para a salvação desses povos.

Silva (2010) explica que, na época, para os europeus, havia a existência de uma única raça humana descendente de Abraão. Assim, ainda não existiria a questão de problemas raciais, ou seja, de superioridade ou inferioridade de raças. Importante destacar que, segundo a mesma autora, neste mesmo período já havia perseguições religiosas. Os judeus, por exemplo, sofriam perseguição na Europa desde o fim do Império Romano. Essas perseguições eram justificadas nos âmbitos religiosos e culturais como uma perseguição étnica.

A partir do Iluminismo, no Século XVIII, os intelectuais buscaram a compreensão e a explicação de fatos inerentes à evolução humana a partir do uso da razão, ou seja, a partir de uma base científica dos fatos, pois “eles rejeitavam a visão cíclica baseada no mito bíblico de Adão e Eva, e a substituíram por uma visão histórica e cumulativa.” (MUNANGA 2000, p. 183). Nesse mesmo período, surge o termo *racialismo*, que defendia a divisão da espécie humana em diferentes raças. Nessa perspectiva, Silva (2010) explica que:

Tal teoria voltou-se para a crença de que raça não era apenas definida física, mas moralmente, bem como que as diferenças físicas acarretavam diferenças mentais hereditárias. Assim, a distinção do mundo em raças correspondia a divisão do mundo em culturas, e o comportamento do indivíduo era definido pelo grupo racial ao qual ele pertencia (p.347).

Partindo da consideração acima, podemos compreender que ainda hoje essa ideia persiste. Segundo Silva (2010), a partir da publicação da teoria da evolução por Charles Darwin, em 1859, a questão do racialismo tomou um encaminhamento para estudos de base social. Tal teoria ficou conhecida como “darwinismo social”, a qual definia que, com o passar do tempo, a espécie humana foi se diferenciando em raças diferentes. A autora explica que a partir do surgimento do darwinismo social, foi desenvolvida uma eugenia, na qual era enaltecid a pureza das raças e a “existência de raças superiores”. Essa perspectiva teórica serviu como uma das bases científicas para o racismo.

O termo raça veio do italiano *razza* e do latim *ratio*, que significavam sorte, conjunto e qualidade. O termo surgiu na Zoologia e na Botânica com a finalidade de coordenar algumas espécies de animais e vegetais. Na Suécia, o naturalista Linné (1788 *apud* MUNANGA, 2003) usou a nomenclatura raça para organizar uma categorização entre plantas. No contexto Medieval, a raça brota como descendência, genealogia, grupo ancestral, que têm qualidades físicas comuns. Já em 1684, François Bernier emprega o termo na França para qualificar a desigualdade humana em grupos, que ele atribui como raça.

Entretanto, o estudo do diplomata francês Arthur de Gobineu, com a publicação da obra “Ensaio sobre a desigualdade de raça humana: raças branca, amarela e negra”, em 1835, fortalece a superioridade do europeu, designando os descendentes da raça ariana como a mais casta e nobre raça, a qual conformaria o ápice do desenvolvimento humano. A partir desse entendimento, ao longo da história da humanidade foram acontecendo diversas formas de preconceito racial, levando a casos extremos e inaceitáveis como as perseguições e extermínios em massa pelo Partido Nazista na Alemanha, que perseguia judeus, negros,

homossexuais, ciganos, dentre outros. Do mesmo modo, no *Apartheid*¹, sendo estes alguns dos sistemas de repressão mais conhecidos.

Com o avanço das Ciências e, em especial, da Genética, que concluiu, por meio de pesquisas envolvendo o genoma humano que, ao contrário das teorias racialistas, apenas de 3% a 5% dos genes variam entre os grandes grupos da população, ou seja, ficou comprovado, a partir do ponto de vista biológico, a inexistência de raças humanas. Entretanto, se a ciência comprovou a inexistência de raças humanas, como ainda existem na sociedade preconceito e discriminação racial? Como ainda existe a identificação do indivíduo por si mesmo e também por alguns outros a partir da cor da sua pele? Bernardino (2004) afirma que:

A descoberta de que do ponto de vista biológico não existe raça não significa que as pessoas mudam suas representações sociais de acordo com as últimas descobertas científicas, nem tampouco significa que elas não utilizem essa categoria no seu dia-a-dia. Ao contrário, a despeito da genética revelar que as diferenças entre um negro, um branco e um oriental são ínfimas a ponto de não fazer sentido falar em raça, as pessoas continuam a efetuar classificações e hierarquizações entre os seres humanos em virtude de traços morfológicos. (p. 19).

Muitos atributos distintos entre grupos humanos no globo terrestre são em decorrência de adequações geográficas do homem ao meio, não podendo ser transportado para confirmar a distinção entre as raças humanas.

O médico geneticista Pena e a bióloga Bortolini (2004), ao descreverem criticamente a decorrência de uma análise que empregou o instrumental da genética molecular e da genética de populações para debater os resultados da presença africana na constituição da população brasileira, apontaram que:

1 *Apartheid*: palavra que significa “separação”. Foi um regime de segregação racial implementado na África do Sul, em 1948, pelo pastor protestante Daniel François Malan — então Primeiro-Ministro — e adotado até 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional no qual os direitos da maioria dos habitantes foram cerceados pela minoria branca no poder.

As grandes similaridades entre todos os humanos, e que nos distinguem com facilidade dos demais primatas, reportam, como visto acima, à nossa origem recente como espécie. Por outro lado, existem múltiplas variações morfológicas, tais como a cor da pele, a altura, a textura do cabelo e as características faciais, especialmente quando são comparados indivíduos pertencentes aos diferentes grupos nativos continentais (ninguém confundiria um africano de Botswana com um europeu da Noruega ou ainda um índio Yanomami). Repetimos: tais diferenças refletem apenas a adaptação evolutiva das populações geograficamente diversificadas de *Homo Sapiens* ao seu habitat e não servem para atestar a existência de raças dentro de nossa espécie. (PENA; BORTOLINI, 2004, p. 34).

Segundo Silva (2010, p. 97), “é nesse processo histórico, político e cultural que a ‘raça’ se desenha com uma construção social, como uma forma de classificação social que recai sobre as pessoas socialmente descendentes de africanos escravizados”. Dessa maneira, podemos considerar raça como uma construção histórica, partindo de pressupostos de hierarquização e superioridade quanto à cor da pele de determinados povos nos quais tal ideologia se faz presente no meio social e discursivo da sociedade contemporânea, de forma abstrata e concreta, a partir de práticas diretas ou indiretas que separam e/ou segregam os indivíduos nos mais diversos aspectos sociais.

Diante disso, levando em consideração que a sociedade aprecia o *status*, o poder e a riqueza, os homens de cor negra, frente aos homens de cor branca, procuram estratégias para sobreviverem em situações de pobreza e discriminação, seja pela força ou com muito esforço, procurando os estudos como uma tentativa tanto de sobrevivência quanto de ascender socialmente, sabendo que essa é uma tarefa árdua e que requer muito esforço e dedicação. No Brasil, ser negro pode ser entendido como uma desvantagem social.

Segundo Fanon (1979), há vários casos em que os homens de cor em ascensão social devem buscar meios de aprender a lidar com ideal de ego ou, mais ainda, o ideal do “eu” branco. Assim, assumindo o branco como referencial de

conduta, valores e subjetividade, o negro limpa sua identificação negra. Desta maneira, a primeira tática é a luta por poder: logo que não pode ser branco, o negro procura equilibrar-se em investir no que se faz de melhor, seja no campo da intelectualidade, no ambiente em que trabalha ou na riqueza material. Guimarães explicita que:

“Cor” não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a idéia [sic] de raça que orienta essa forma de classificação baseado na idéia [sic] de raça, podemos afirmar que estamos tratando de um conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social. (GUIMARÃES, 2003, p. 103- 104).

Desse jeito, para se tornar aceito, o negro procura a perfeição e sabe que nessa tessitura, ao conseguir o poder, onde a maioria é branca, permanecerá sempre sob vigilância. O negro ainda pode acabar fraquejando nesse imaginário, aceitando não obter e/ou concretizar essa perfeição, o que pode implicar em desânimo, conformismo ou dependência ao mundo dos brancos.

Outro fator ou tática é submergir a cor. De modo óbvio, a marca da cor de pele não consente de ser compreendido pelos brancos, mas o negro em ascensão pode abandonar a sua identidade negra, ou seja, evitar falar sobre si como negro. Assim, em certos momentos, há uma necessidade de negar as suas vivências que não são aceitas socialmente, tais como: memórias religiosas, aspectos da língua, modo de se vestir, questões sobre o corpo e cabelo, dentre outros que são elementos constitutivos da sua identidade.

Outra tática é negar falar do assunto. O argumento, no caso, são as discussões que fazem parte das analogias entre negros e brancos no Brasil. Ou seja, o negro, para se tornar aceito, decide não adentrar na questão racial. O corpo desse indivíduo negro descobre essa contradição de querer distanciar-se, ainda que se separe do ambiente ou mundo negro – o seu – mas tem que conviver com

o ideal de corpo que lhe foi atribuído pela sociedade, tornando-se um homem negro sempre mutilado; sempre reprimido em si mesmo (SILVA, 2010).

Para Silva (2010), pode-se chamar essa forma de clausura de *escravidão psíquica*. Ao mesmo tempo em que a escravidão é corporal, o corpo é exploração de um senhor, um produto. Na escravidão psíquica, a introjeção do irreal, do eu branco, integra o negro escravo psíquico de um senhoril que não pode ser condenado como nas revoltas quilombolas ou batalhas físicas: um opositor interno, que tem coragem aceitável para acarretar amargura durante sua experiência.

Dessa maneira, podemos observar e refletir o quanto desafiador é para a população negra conviver com inúmeros preconceitos arraigados na sociedade, sobrevivendo dia após dia a esse convívio tão hostil e lutando para ser reconhecido como pessoa e como profissional. As pesquisas apontam para a presença de um baixo quantitativo de discussões alusivas a gênero e raça, num viés referente a docentes ensinando na infantil. Nessa perspectiva, os pais e as mães da Educação Infantil idealizam a garantia de boa educação e segurança dos seus filhos e filhas, aos cuidados de uma mulher, ou seja, sobre a responsabilidade e encargo do sexo feminino.

Desta forma, contribuir para o debate sobre a ação docente de professores do sexo masculino e negros no ambiente da Educação Infantil explicita a proposição de uma inovação para campo. Com isso, discute-se a presença desse profissional com uma diferente roupagem. De acordo com Silva (2014):

Ao juntar à temática gênero, raça, devemos tomar alguns cuidados, especialmente, quando se procura igualar e esquecer os campos teóricos a que pertencem – uma vertente é o movimento negro e autores negros que ressignificam *raça*; outra, é desestruturar *raça*, lançando palavras como hibridismos ou étnica, para sutilmente eliminar a palavra e as ações/attitudes racistas. Dessa forma, o risco é não perceber a complementariedade e individualidade das questões envolvidas e negar que raça não tem nada a ver com gênero, nem tão pouco com classe social. (p. 48).

Assim, quanto maior o número de professores negros que, com crescente clareza, compreenderem as intersecções entre gênero e raça, mais incisiva se contorna a luta para modificar este cenário, pois já não se discute tão somente denunciar as explorações ininterruptamente sofridas por homens negros na Educação Infantil, como também de proclamarem-se humanos perante os que os desumanizam. Silva (2014) afirma que:

A escola de educação infantil, seus professores e todos os envolvidos na unidade escolar, rede de ensino, é o espaço para refletir na desconstrução de que esse espaço é feminino e que a presença de um homem é ameaçadora, incompatível com a realidade: um fracassado trabalhador da indústria ou do comércio que tenta a sorte num trabalho mais “leve” de olhar crianças. (p. 51).

Desta maneira, a escola de Educação Infantil, tem importante papel na mudança desse cenário de acolhimento das diferenças. Discutir tal questão pode implicar em mudanças enquanto ser humano, profissional e pesquisador, bem como pode provocar ressonâncias que impactam na realidade local e do entorno.

3. 1 Interseccionalidade entre gênero e raça

Segundo Pereira (2016), a categoria gênero é vista e analisada a partir da construção sociocultural que implica perceber masculinos e femininos no seu cotidiano, observando os comportamentos de um frente ao outro. Com isso, nesta pesquisa, se relaciona os temas gênero e raça no contexto escolar da Educação Infantil. Em geral, ser um professor homem em um ambiente de domínio eminentemente feminino, onde as constituições apontam para ele como alguém que não tem “jeito”, “dom” de lidar ou cuidar de crianças na Educação Infantil, e que isso é papel de mulher, não se constitui como um ambiente confortável. E, ainda, quando esse homem é negro, para além das questões anteriormente apontadas, paira no imaginário que ele pode ser agressivo, perigoso e violento.

Os estudos de gênero e raça têm contribuído para que a sociedade reflita sobre os caminhos antissexistas na Educação Infantil, discutindo a importância

da presença de homens nesse cenário, bem como sobre a aceitação e acolhimento desses sujeitos pela comunidade escolar. Sobre essa atitude sexista e o trabalho de homens no ambiente escolar, Costa (2007) assim situa-se:

Com as mudanças nos papéis femininos e masculinos na sociedade contemporânea, a presença masculina no ato de cuidar e educar tem aumentado, gerando muitas polêmicas e estranhamentos referentes ao exercício de funções tipicamente “femininas”. Quando isso acontece, a eficácia de suas atuações e até sua “verdadeira” masculinidade são postas em questão. (p.10).

Apreendemos com o autor supracitado que o ambiente escolar, assim como a sociedade, tem sido convocado a (re)pensar a Educação Infantil como campo de domínio feminino, partindo do princípio que é possível inserir novas visões de mundo antissexistas e antirracistas em uma ampla relação de transformação nas relações *escola-sociedade/sociedade-escola*. Ao refletirmos sobre as relações entre gênero e raça no âmbito escolar, é importante entendermos que esse espaço precisa ser de fato democrático. Diante disso, é necessário que haja novos olhares que possibilitem mais discussões e reflexões aprofundadas acerca do professor homem na Educação Infantil, bem como do homem/negro nesse cenário. Bilge (2009) afirma que:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais. (BILGE, 2009, p. 70).

Dessa maneira, atentamos para a relevância de apresentar um cenário de debates iniciados nas últimas décadas acerca de um enfoque que tem chamado grande atenção, especialmente, no pensamento feminista dos estudos de mulheres e das presunções de gênero atuais, enfoque no qual nos inspiramos para essa pesquisa: a interseccionalidade.

A interseccionalidade inicia um processo de descoberta, nos alertando para o fato de que o mundo a nossa volta é sempre mais complicado e contraditório do que nós poderíamos antecipar. [...] Ela não provê orientações estanques e fixas para fazer a investigação feminista [...] ela estimula nossa criatividade para olhar para novas e frequentemente não-ortodoxas formas de fazer análises feministas. A interseccionalidade não produz uma camisa-de-força normativa para monitorar a investigação [...] na busca de uma 'linha correta'. Ao invés disso, encoraja a cada acadêmica feminista a se envolver criticamente com suas próprias hipóteses seguindo os interesses de uma investigação feminista reflexiva, crítica e responsável. (DAVIS, 2008, p. 79).

Segundo Crenshaw (2002), as interseccionalidades são construídas para assegurar as consequências da influência mútua entre duas ou mais formas de dependência: sexism, segregacionismo, patriarcalismo. Esse conhecimento de "interação" entre formas de sujeição evidencia a superposição de opressões. Por exemplo, na imagem de que uma mulher negra é duplamente explorada, à exploração por ser mulher deve ser acrescentada a opressão por ser negra. Nesse contexto, a interseccionalidade representa a abordagem a partir de diversos caminhos em que cada um é rodeado por eixos de opressão. Na perspectiva de Crenshaw (2002), gênero não é o individual fator que acomete segregação, pois há outros fatores que estão atuando conjuntamente.

Assim, nos situamos em uma estrutura transitória que permite identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, buscando entender melhor como essas atuam juntas no campo da Educação Infantil, ao tratarmos do homem negro. Diante disso, a interseccionalidade pode enquadrar pontos

distintos, relacionando as questões de gênero e de raça, a partir dos direitos humanos. Uma das finalidades dessa abordagem é criar mecanismos para que a discriminação de gênero e de raça sejam analisadas reciprocamente. O exercício dos direitos humanos no âmbito do gênero, por exemplo, desenvolveu-se garantindo que os direitos humanos são perpendiculares aos direitos das mulheres, e que os direitos das mulheres são perpendiculares aos direitos humanos. De Acordo com Crenshaw (2002):

Após as conferências de Viena (1992) e de Pequim (1995), as mulheres passam a entender que “os direitos das mulheres são direitos humanos”. Quando vivenciamos violações dos direitos humanos, como as vivenciadas por homens, devemos ser protegidas e quando vivenciamos violações, diferentes das vivenciadas por homens devemos ser protegidas também. Essa é uma diferença que as mulheres previram e sobre a qual trabalhara. (CRENSHAW, 2002, p. 9).

O mesmo entendimento se sobrepõe à discriminação racial. O desafio é agrupar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero. É importante compreender que homens e mulheres podem conhecer situações de racismo de maneiras nomeadamente relacionadas ao seu gênero. As mulheres devem ser resguardadas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os homens necessitam ser protegidos quando sofrem discriminação de gênero/racial de formas desiguais. Necessitamos, portanto, compreender melhor ao que sobrevém quando diversas formas de discriminação se concordam e permeiam as vidas de determinadas pessoas.

3. 2 Reflexões sobre a masculinidade negra

Falar sobre masculinidade é algo bastante complexo e ao mesmo tempo desafiador, pois o tema está inserido em diferentes contextos que envolvem o social e o cultural. Souza (2009) afirma que a masculinidade é algo coletivo, espaço onde o homem busca uma inserção (na sociedade, nesse caso) a partir de práticas que o tornem visível, elevando, assim, sua posição social. O autor afirma, ainda,

que a masculinidade precisa ser analisada como um processo social construído por homens e mulheres, pois, mesmo apresentando papéis diferentes, ambos possuem o mesmo nível de importância.

Dentro do fenômeno da masculinidade, existe o aspecto da masculinidade hegemônica. Messerschmidt e Connell (2013) afirmam que “ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem”. A masculinidade hegemônica funciona como uma dominação de um grupo de indivíduos em relação a classes consideradas minoritárias ou subalternas (negros, homossexuais, mulheres, dentre outras), nas quais podemos também incluir meninos que, em seu processo de tornar-se “homem”, podem acabar sendo influenciados pelas ideologias dessa masculinidade caracterizada como hegemônica, tornando-se, assim, mais “homem”.

A masculinidade em si não define o homem enquanto ser humano, mas suas atitudes são atravessadas pelos construtos sociais e, ao mesmo tempo, por fatores característicos da espécie humana enquanto seres biológicos. Friedrich Nietzsche (2011, p.14) evidencia que “o homem é uma corda, atada entre o animal e o super-homem”, ou seja, ao mesmo tempo em que o homem traz em si os sentimentos e características inerentes à espécie humana, a sociedade espera dele atitudes que o tornem um ser que vai além do normal, perpassando o limite do humano; do que de fato é ser homem.

Então, tornar-se homem é um trajeto em busca do “eu” permeado por diversas ideologias e condutas que visam moldá-lo segundo o idealismo de uma sociedade utópica, de maioria hegemônica, que tem como propósito colocar os indivíduos em espécies de “caixas classificatórias”, para aqueles considerados fora do padrão.

Nesse contexto, a masculinidade negra está articulada a padrões sociais, nos quais os comportamentos esperados são permeados por estereótipos que procuram encaixar homens em diversos padrões, tornando-os seres envoltos por sentimentos e atitudes que formam o imaginário do homem ideal. Partindo desse pressuposto, é importante abordar, de forma breve, a questão da hipersexualização do homem, principalmente do homem negro. Ao mesmo tempo em que os estereótipos causam danos à masculinidade negra, muitos homens acabam fazendo uma espécie de apropriação de alguns destes estereótipos, seja como forma de procurar ser aceito pela sociedade, ou simplesmente por questões

de autoconfiança. Caio César (2019), traz a temática da hiperssexualização para o homem negro:

É muito importante falar sobre isso porque sempre que o assunto hiperssexualização do homem negro vem à tona, muitas pessoas argumentam - com certa lógica - o quanto muitos homens negros se apropriam dessa imagem de machões, fortes, violentos e viris, o quanto muitos se mostram totalmente confortáveis com isso, se negando a mudar ou perceber algo ruim nessas construções. [...] A grande realidade é que isso de fato existe, mas há uma explicação lógica que perpassa uma série de fatores ligados ao racismo institucional, aos padrões de beleza que a sociedade impõe e a uma construção de autoestima muito problemática. Ou seja, nós realmente nos vestimos com essa imagem estereotipada para ter algum valor. E aceitamos o olhar hiperssexualizado de outro sobre nós como uma forma de conforto. (p. 67-68).

Assim, podemos considerar que, muitas vezes, o homem negro aceita e internaliza os estereótipos a ele direcionados, como uma forma de ser aceito pela sociedade. Hooks (2019, s. p.) afirma que, na nossa cultura, os homens negros não são amados por ninguém, nem por eles mesmos. “Como eles poderiam, como se pode esperar ele amar cercados por tanta inveja, desejo e ódio?” Podemos entender com a afirmação de Hooks (2019, s. p.) que a hiperssexualização faz com que o homem negro seja visto como um modelo construído negativamente pela sociedade, que o torna um ser desejado ou odiado, ao invés de amado. A hiperssexualização é apenas um dos aspectos negativos que permeiam a masculinidade negra.

A supremacia branca procura caracterizar a masculinidade negra a partir de estereótipos que reforçam o preconceito e práticas racistas da sociedade em relação aos homens negros. Foca-se muito em comportamentos nocivos que fazem o homem negro querer ser visto como o “machão” com atitudes grosseiras, como, por exemplo, relacionar-se com muitas mulheres, consumir bebida

alcoólica além do permitido etc. Segundo Nkosi (2014, p. 91), “o homem negro deve ser macho ao quadrado em todas as situações exigidas, e só a partir destes atributos será reconhecido”. No entanto, a masculinidade negra, ao ser vivenciada de uma forma saudável, é algo sublime, pois, de fato, o homem está sendo realmente o que ele é e representa a si mesmo, sem precisar fazer práticas horrendas para sentir-se homem ou para que a sociedade o veja como o tal. De acordo com Hooks (2019, s. p.):

Homens negros que recusam categorização são raros, o preço da visibilidade no mundo contemporâneo da supremacia branca é que a identidade do homem negro seja definida em relação ao estereótipo seja pelo incorporamento dele ou pela busca de ser diferente disso.

Os marcadores sociais apontam características necessárias para encaixar a masculinidade negra em um perfil do homem negro, pois a hiperssexualização dos corpos direciona os olhares apenas para esses fatores, que não consideram as capacidades enquanto uma pessoa que pensa, reflete e constrói saberes. Então, dizer que o homem negro não tem inteligência; que ele é agressivo e abusador é uma forma de desumanizá-lo, tornando-o um animal, um fantasma. Ou seja, é uma forma errônea que a sociedade busca para anular o outro, colocando a masculinidade negra sempre como algo ruim.

Não tem como abordar a masculinidade negra sem interligá-la ao racismo. Desde a época da escravatura, como sabemos, pessoas negras eram utilizadas como um produto no comércio de escravos para o atenderem aos propósitos das raças que se consideravam superiores. A forma de como os negros eram tratados e considerados na época continua presente na atualidade, embora em contextos distintos. Inúmeras notícias envolvendo o preconceito racial, neste caso direcionado ao homem negro, mostram claramente como a masculinidade negra ainda está envolta por sentimentos de repulsa e ódio, dentre outros, que procuram caracterizá-la como algo que não deve estar presente na sociedade; como se os homens negros fossem destinados a uma existência sem perspectiva. Bell Hooks (2019) afirma que:

[...] o retrato da masculinidade negra que constrói homens negros como fracassados, psicologicamente fodidos, perigosos, violentos, maníacos sexuais cuja insanidade é informada por sua incapacidade de cumprir seu destino masculino falocêntrico em um contexto racista. (p. 32).

Santos (2014) explica que, no processo de escravização, os homens negros eram vistos como tipos exóticos, irracionais, fetichistas, bárbaros, incivilizados, dentre outros adjetivos, classificações e juízos de valor de grande preceito etnocêntrico e, sobretudo, racista. O negro, naquela época, era considerado um indivíduo sem razão e sem cultura, mas com um alto valor comercial, sobretudo quando os atributos físicos tinham destaque. Esses negros eram direcionados para os trabalhos agrícolas e de extração de minérios. Havia também a questão de escolher o homem negro somente para os trabalhos braçais pesados e para procriação. Santos (2014) afirma, também, que:

Os perfis antropológicos de africanos escravizados e os estereótipos criados pelos colonizadores europeus nos levam a constatar alguns elementos presentes no mito sexual do negro hipererótico, lascivo, libidinoso e “bom de cama”: o escravismo colonial rebaixou e inferiorizou o homem negro a uma anatomia e corporeidade zoomórfica, na qual suas utilizações estariam limitadas ao trabalho forçado e à procriação animal, tal qual o boi, ser irracional, comparado quase sem nenhuma distinção significativa ao homem negro. (p.10).

O autor supracitado ainda salienta que a masculinidade negra foi perdendo espaço devido às influências da masculinidade patriarcalista e, nesse sentido, o homem negro foi se desfazendo dos hábitos e vivências de sua terra natal, da sua maneira de viver, da sua masculinidade. Esse fato possui uma possível explicação. Assim, Santos (2014) explicita que:

[...] Segundo Robert Staples (1982), o homem negro escravizado e vítima de violências físicas e simbólicas acabou se

apropriando de certos valores patriarcais presentes no código de comportamento masculino do homem branco, tais como a força física e o desempenho sexual vigoroso. Essa seria uma maneira de exercer certo grau de poder como uma “válvula de escape” de sua condição de impotência, subordinação e dependência do senhor branco. (p. 12).

Hooks (2019, s. p.), nos seus estudos sobre a masculinidade negra nos Estados Unidos, faz uma crítica ao modo como a história dos homens negros é tratada na região, já que, na maioria das vezes, é escrita por pessoas brancas, as quais não se detém a algumas das particularidades dessas pessoas, como, por exemplo, a questão do patriarcado internalizado pelos homens negros. A autora em questão também faz uma crítica à passividade dos homens negros em relação aos estereótipos que, muitas vezes, são internalizadas por esse grupo e vão se perpetuando. Segundo Hooks (2019, s. p.):

[...] nunca houve um tempo na história dos Estados Unidos em que as pessoas negras, especialmente os homens, não estivessem enfurecidas com as representações estereotipadas e fantasiosas da masculinidade negra na cultura dominante. Infelizmente, pessoas negras não desafiam sistematicamente essas visões estreitas, insistindo em uma “leitura” mais precisa da realidade da masculinidade negra.

A autora supracitada afirma, ainda, que eles viam a liberdade como uma mudança de *status*, a qual lhes permitiria desempenhar o papel do patriarca cavalheiresco benevolente. Após o período escravocrata, os homens negros que sonhavam em vivenciar o patriarcado em seu cotidiano não obtiveram muito êxito. Segundo Hooks (2019, s. p.):

A extensão em que os homens negros absorveram as ideias de masculinidade da sociedade branca provavelmente determinou a dimensão de sua amargura e de seu desespero pelo fato de a supremacia branca bloquear continuamente seu acesso ao ideal patriarcal.

Por mais que alcançassem a liberdade, para os homens negros, a igualdade nunca seria plena, e essa realidade perdura até a atualidade. De certa forma, os homens negros libertos ainda estavam presos a seus antigos proprietários, principalmente pelos estereótipos que os caracterizava negativamente. Por mais libertos que estivessem, as oportunidades e o modo de vida nunca seriam os mesmos, e a forma de como a masculinidade negra agiria em meio a tudo isso seria de forma negativa na questão de sobrevivência do modo de vida patriarcal.

A economia (capitalismo) também foi um forte influenciador nas mudanças da masculinidade negra. O homem negro antes poderia exercer seu poder na família simplesmente por questões de respeito religioso que lhe conferia um “status patriarcal” (Hooks, 2019, s. p.). Depois, o dinheiro recebido através de seu trabalho fixo marcaria a sua dominação em família. Hooks (2019) notabiliza ainda a questão do *status* patriarcal em uma perspectiva feminista, determinado pela capacidade de afirmar poder sobre os outros em um número de esferas baseadas na hombridade. Ou seja, o patriarcado na masculinidade negra é marcado pela questão de sua virilidade; do homem másculo que domina, por esses aspectos, outros grupos considerados inferiores.

Dessa maneira, a questão do falocentrismo era tão forte como requisito para a masculinidade negra que o homem negro poderia passar por qualquer dificuldade, mas se fizesse bom uso de sua virilidade, o *status* de homem estaria garantido. Como afirma Hooks (2019), teríamos a “personificação da masculinidade”. Para ela, na atualidade:

A maioria dos homens negros permanece num estado de negação, recusando-se a reconhecer que a dor em suas vidas é causada por um pensamento machista e uma violência patriarcal falocêntrica que não é expressa apenas pela dominação masculina das mulheres, mas também pelo conflito paralelo entre os homens negros. (s.p.).

É preciso desmitificar no imaginário social que o homem negro está relacionado apenas à violência, à agressividade ou à virilidade. E essa discussão pode perpassar o espaço escolar desde a Educação Infantil. Nós, educadores/as, precisamos assumir o compromisso com a diferença, entendendo como essas

desigualdades foram construídas, bem como nos comprometer com a equidade e a democracia. Por esses motivos, quando falamos sobre interseccionalidade, primeiramente, empregamos a noção dos eixos ou das ruas quando se cruzam.

Desse modo, partindo dos pressupostos elencados a respeito da interseccionalidade entre gênero e raça, trazendo para o contexto desta dissertação, podemos considerar que a interseccionalidade voltada ao professor homem na Educação Infantil – e também professor negro – abrange duas formas de discriminação: a primeira, de gênero; de ser homem atuando da Educação infantil em um território predominantemente feminino, e a segunda, a questão desse homem ser negro.

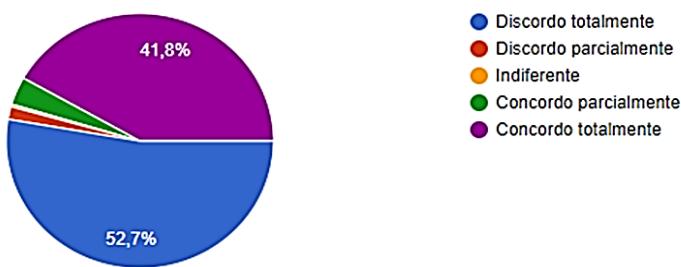
Por fim, se faz necessário juntar os elementos entre raça e gênero, diferenciando o que está ocorrendo em função das questões raciais e em função de ações de gênero e de ambas. Portanto, o entrecruzamento de uma pequena parcela de professores homens ensinando na Educação Infantil com uma parcela muito menor de professores homens negros na mesma função pode ser refletida a partir do viés da interseccionalidade, percebendo as nuances que permeiam essa discussão.

4 TECER SOBRE O PROFESSOR HOMEM ENSINANDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com Ramos (2017, p. 27), os olhares dos familiares para o professor homem ensinando em um ambiente de Educação Infantil causa inquietações, dúvidas, medos e incertezas. O referido autor destaca que isso acontece porque as pessoas acreditam que esse sujeito está “*fora do lugar*”, ou seja, em um ambiente que não condiz com o seu perfil. Por ser um lugar historicamente ocupado por mulheres, das quais se espera comportamentos de ternura, afeto e cuidado, ações que socialmente não condizem com a postura masculina, aos homens tal lugar é negado. O professor homem ainda é mal visto dentro das instituições de Educação Infantil, principalmente no que se refere ao cuidar/ educar de crianças pequenas. As justificativas para essa situação dão-se a partir tanto dos questionamentos sobre sua prática docente, quanto por fatores comportamentais referentes ao seu gênero. Nesse contexto, ao indagarmos sobre a atuação de homens negros na Educação Infantil, obtivemos as seguintes respostas:

GRÁFICO 01 – Homens e mulheres podem atuar igualmente como professores da Educação Infantil

Homens e mulheres podem atuar igualmente como professores da Educação Infantil
311 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Das 311 (trezentos e onze) respostas recebidas dos participantes, 52,7% discordam da afirmação do enunciado. Para eles, homens e mulheres não podem

atuar de forma igualitária na Educação Infantil. Entretanto, 41,8% dos participantes concordam com a igualdade de gêneros no trabalho como professor da Educação Infantil. Esses dados evidenciam que a maioria das pessoas continuam caracterizando condutas a partir do gênero, apontando, de alguma forma, a partir de suas escolhas, as profissões que um homem deve exercer, principalmente na educação, e mais ainda na educação infantil. Segundo Sayão (2005):

A atuação de homens no cuidado das crianças pequenas parece ampliar a concepção do gênero porque confere outros sentidos a ideia reducionista de papéis/funções específicas para homens e mulheres, posto que docentes podem exercer o papel ou a 'função materna', ampliando-a para a compreensão dos diferentes modos pelos quais o gênero opera estruturando o social e com isso ressignificando a fixidez de tais papéis. (p. 193).

O preconceito e o estigma evidentes vêm da ideia de que esse espaço, de acordo com os preceitos sociais, é feminino, porque envolve diretamente o cuidado corporal de meninos e meninas. Uma das características da maternidade inclui a função de cuidar do corpo da criança. Uma vez que esse atributo é mais direcionado a mulher, segundo um pensamento dialético, acaba ressoando na realidade do trabalho no espaço escolar, sobretudo na Educação Infantil. Ainda de acordo com Sayão (2005):

São evidentes os preconceitos e estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninos e meninas. Dado que, historicamente, e como uma continuação da maternidade, os cuidados com o corpo foram atributos das mulheres, a proximidade entre um homem lidando com o corpo de meninos e/ou meninas de pouca idade provoca conflitos, dúvidas e questionamentos, estigmas e preconceitos. (p.16).

Em consonância com Sayão (2005), destacamos a fala abaixo dos professores que, na entrevista, reforçam o medo dos pais quanto à presença do professor homem na Educação Infantil.

Professor 1: É um pouco delicado, né? Assim... Principalmente com os pais, né? Querendo ou não eles oferecem algumas resistências; eles têm um certo medo. Tinha dia que algumas mães, no início, elas reclamavam um pouco com o diretor. Elas até fala da questão de levar a criança ao banheiro. Esse tipo de coisas. Os pais têm esse tipo de preocupação, num é? É mais, é nesse sentido que fica a preocupação. [...] Num é nem no ensino em si. É.. É como educar. Educação infantil é muito educar e cuidar. Esse educar, educar traz uma certa preocupação para os pais quando se trata de um homem, num é? Principalmente no início quando estava só sem apoio. Aí é assim, foi, era um pouco mais constrangedor para eles, algumas mães mostraram mais resistência, um pouco incomodadas.

Professor 3: É assim, como se a pessoa não soubesse ensinar, não sabe ensinar porque não é uma mulher, né! E, principalmente. Quando tinha muita menina na sala como você disse é difícil. Aí é que eles ficam atento, observa mais. Mas, quando você vai pegando aquela, aquela amizade com as mães, conhecendo mais elas, elas vão se abrindo mais, vão conversando, vão pegando telefone, vão juntar número de telefone, se precisar né? Aí vai pegando certa amizade né? Mas tem preconceito, principalmente quando é homem, né! Quando é mulher não, mais quando é homem tem preconceito mesmo.

Os homens sofrem preconceito no exercício da docência principalmente quando envolve a questão do cuidar/educar das crianças pequenas. Nos discursos acima destacamos que os homens, ao mesmo tempo que se reconhecem vítimas do preconceito e da discriminação de gênero, aceitam esses questionamentos

a eles impostos com normalidade, fazendo-nos questionar qual poderia ser a postura que poderiam assumir para fortalecer o espaço do homem na Educação Infantil. Segundo Prado e Anselmo (2019):

[...] as marcas de desigualdade/discriminação de gênero que permeiam a socialização dos homens e mulheres e suas profissões afetam não somente elas que ao ocuparem esta profissão tida como feminina, são muitas vezes enquadradas em expectativas de atuação ligadas somente à maternagem, ao cuidado e ao afeto, com um amor que bastaria ao que necessitam as crianças as também eles que, muitas vezes, encontram limitações sobre o lugar que podem ocupar nestas relações de cuidado e afeto. Faz-se fundamental, então, questionar formas machistas e sexistas que permeiam as expectativas de um perfil de docência baseado em um ideal de feminilidade que é criado, imposto às mulheres e negado aos homens professores. (p. 15).

Entretanto, para o homem negro, o sofrimento gerado pelo preconceito e descrédito é ainda maior, pois, de acordo com o que nossa sociedade assinala, o homem negro tem características antagônicas de um profissional competente, carinhoso, cuidadoso e atencioso para com os bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, tornando-se para o profissional constrangedores os constantes olhares de desconfianças. Assim, em busca de respostas sobre a percepção das pessoas no que se refere à atuação de homens negros na Educação Infantil, criamos 4 (quatro) *AVATARES* com fenótipos distintos. Para cada enunciado dado solicitamos que os entrevistados apontassem qual deles correspondia, na sua visão, ao mesmo. Paralelamente à apresentação dos dados, entrecruzamo-nos com os depoimentos dos professores entrevistados.

Partimos do pressuposto, em sincronia com Louro (1997), que a construção de gênero e sexualidades ocorre por meio de variadas estratégias explícitas e dissimuladas que se concretizam através de inúmeras instâncias sociais e culturais. E partimos do entendimento de raça (BRASIL, 2004) como uma construção social que se manifesta na nossa sociedade através das tensas relações

entre brancos e negros, sendo ainda um termo comumente utilizado para indicar como determinadas características (como o tipo de cabelo e cor de pele), mesmo na atualidade, influenciam, interferem e até mesmo determinam os lugares e posições sociais de forma hierárquica da população negra.

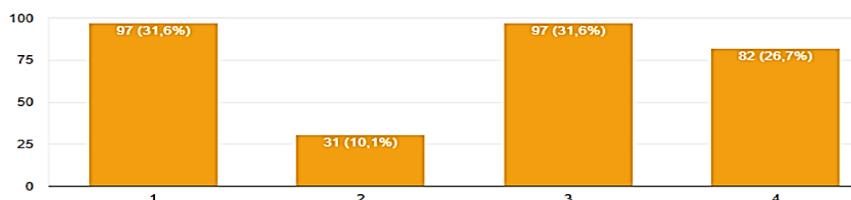
A partir dos aspectos elencados acima sobre questões raciais e de gênero no âmbito escolar, concluímos que tanto para homens como também para mulheres, a Educação Infantil é um campo de ação possível, pois os espaços de educação não devem ser apontados exclusivamente para um gênero específico, mas sim um espaço que precisa ser ocupado por ambos, para desenvolverem suas práticas pedagógicas as quais envolvem o cuidar/educar.

Nesse cenário, apresentamos, inicialmente, os enunciados referentes à qualificação profissional.

GRÁFICO 02 – Qualificação profissional

2-Tem curso de Pedagogia e Especialização em Educação Infantil. Está sempre em busca de melhorar sua prática pedagógica. Participa da formação continuada e atua em turmas com crianças de 4 anos.

307 respostas



Tem curso de Pedagogia e Especialização em Educação Infantil. Está sempre em busca de melhorar sua prática pedagógica. Participa de formação continuada e atua em turma com crianças de 4 anos



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Das 307 (trezentos e sete) pessoas que responderam ao formulário, 97 (noventa e sete) apontaram o homem branco (AVATAR 1) e 97 (noventa e sete) também apontaram para o AVATAR 3 como profissionais qualificados que estão comprometidos com as melhorias da sua formação. Percebe-se a escolha por indivíduos da cor branca, os quais acabam se sobressaindo no que diz respeito à intelectualidade, a partir da escolha dos entrevistados. Ou seja, o elemento racial projeta o lugar destinado ao homem negro. Segundo Hooks (2004):

Mais do qualquer outro grupo de homens em nossa sociedade, os homens negros são muitas vezes concebidos como sujeitos desprovidos de habilidades intelectuais. Sob a visão estereotipada do racismo e do sexism que os veem como mais corpo do que mente, homens negros estão propensos a serem recebidos pela sociedade da supremacia branca capitalista, imperialista e patriarcal, como sujeitos que parecem ser idiotas ou, como nós que crescemos nos anos 1950 costumávamos dizer, pessoas lentas (isto é, pouco

inteligentes). Na infância, era óbvio para todos em nosso bairro negro que, quando um homem negro pensava demais, ele passaria a ser visto como uma ameaça pelo mundo racista. Não havia correlação entre a habilidade de uma pessoa para pensar, para processar ideias e nível de escolaridade. Homens negros bem-educados tinham aprendido a atuar como incultos, iletrados e ignorantes em um mundo onde um negro inteligente corria o risco de ser punido. (p. 678).

É interessante ressaltar que 197 (cento e noventa e quatro) pessoas apontaram no formulário pelos dois homens brancos como tendo o perfil descrito na pergunta acima. Isso só corrobora com o pensamento de Caio César (2019, p. 66) quando diz que “o padrão de inteligência também é branco.” De acordo com Seffner (2008):

No interior do campo masculino, a distribuição de poder é muito desigual. Homens negros têm menos possibilidades de sucesso do que homens brancos, por exemplo. O quesito raça atua promovendo um desequilíbrio na masculinidade. Homens jovens e negros são alvos de um verdadeiro genocídio no Brasil, diariamente atestado pelas manchetes dos grandes jornais. Entre um jovem negro e pobre e um jovem branco e pobre, o jovem negro tem muito mais chances de estar na mira da agressão policial. O nível de escolaridade estratifica as oportunidades também. [...] Este modo hegemônico designa homens que conseguem aceder a mais benefícios do que outros. (p. 15-17).

As mulheres estão no *ranking* da atuação na Educação Infantil, com 97,6% docentes que ensinam bebês e crianças de até 5 anos de idade, contra 6.642% de homens que ensinam na Educação Infantil, em todo o país, conforme dados do Censo Escolar de 2017. Esses dados corroboram com o que essa pesquisa vem sinalizando: que há poucos homens ensinando nessa etapa da educação.

Em termos de abrangência, a população negra apresenta sérias desvantagens em relação aos brancos. Alguns pontos que chamam a atenção são o mercado de trabalho, a distribuição de renda e as condições de moradia, assim como educação, violência e representação política. De acordo com as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, entre os universitários, mesmo com cotas sociais, a taxa de matrícula da população negra ainda é bem menor. Entre 2016 e 2018, a proporção de alunos de 18 a 24 anos com ensino superior passou de 50,5% para 55,6%.

No entanto, esse nível ainda é inferior aos 78,8% dos alunos do ensino médio na população branca da mesma idade. Como se observa, apesar do pequeno avanço, a desigualdade entre esses dois grupos populacionais permaneceu severa durante o ano letivo e foi piorando, atingindo o auge do Ensino Superior. Esses dados evidenciam que a desigualdade racial tem origens históricas e perdura até a atualidade.

Fonseca (2006) afirma que quando os sujeitos ingressam no espaço universitário, eles constituem parte do mundo social e cultural e que eles serão mais capazes de reivindicar direitos e terem vantagens, o que explica a superioridade e vantagens quando a pessoa é de cor branca. Considerando que a maioria que ingressa nesse espaço é branca, permanece, a população negra, em desvantagem.

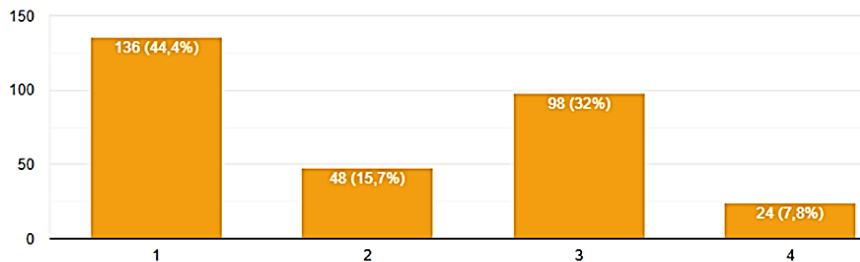
Os espaços educacionais das universidades, na contemporaneidade, são espaços em que a população negra está em desvantagem. Para Fonseca (2006), no imaginário social, a educação é vista como um espaço privilegiado para os brancos, ao mesmo tempo em que se ignora a luta dos negros para ousar se incluírem nesse território como meio de sua efetivação no espaço social. Ou seja, o homem negro, ao adentrar no mundo acadêmico, ocupa seu espaço de resistência, é uma maneira de mostrar à sociedade que o negro tem vez, tem voz e inteligência. Assim, relembramos que os três professores negros entrevistados possuem ensino superior. Continuando a elucidar a negação do espaço para o homem negro na Educação Infantil, apresentamos os dados abaixo:

GRÁFICO 03 – Não habilidade para lidar com crianças pequenas

5 Os pais e colegas de trabalho acham que ele não sabe lidar com criança pequena, não sabe ensinar, pois parece muito sério.



306 respostas



Os pais e colegas de trabalho acham que ele não sabe lidar com criança pequena, não sabe ensinar, pois parece muito sério.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Das 304 (trezentos e quatro) respostas obtidas, 234 (duzentos e trinta e quatro) pessoas consideram o homem negro (1) como alguém que não sabe lidar com criança e que não possui aptidão para ensinar, assinalando fortemente a raça como determinante do lugar do negro na sociedade. De acordo com Connell (2016):

Dentro dessa estrutura, a masculinidade negra é marcada por emoções divididas e por uma alienação imensa de experiência original. Essa alienação é produzida na medida em que os homens negros lutam por encontrar uma posição, e reconhecimento, em uma cultura que os define como biologicamente inferiores, de fato como um tipo de animal, e faz deles objetos de ansiedade ou medo. (p. 171).

Os familiares não são indiferentes a esse perfil patriarcal que define padrões de comportamentos sociais descritos acima. Em articulação com os dados apresentados, destacamos a fala do Professor 3 (três): “Aí, eu já via uma diferença quando via que era um homem, né? Quando via que era homem, né, e negro, aí a pessoa nota».

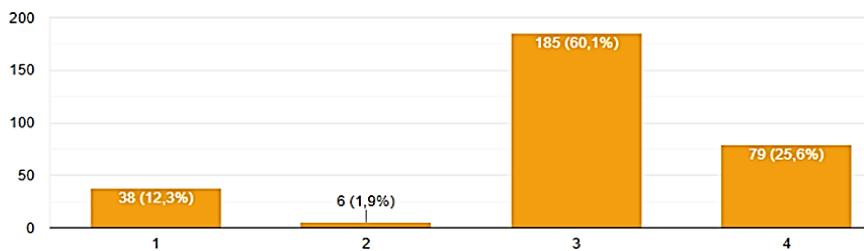
Ao professor homem recaem algumas desconfianças e medos por parte dos familiares, em relação aos cuidados de higienização ou até mesmo o próprio convívio do docente nos espaços infantis. Esse profissional estará sempre na mira dos olhares de suspeição das pessoas que, a partir das questões socioculturais, não aceitam o homem ensinado nos espaços de creches e pré-escolas. Entretanto, para o professor homem negro, a questão que está em jogo é a sua cor/raça, pois, conforme Caio César (2019), o homem negro é visto como um ser sexualmente violento, uma ameaça a ser combatida, eliminada, pois esse comportamento agressivo põe em perigo a vida de mulheres. Portanto, a inserção do homem negro nos ambientes infantis é observado de modo semelhante à perspectiva de Faustino (2019, p.13): “[...] O homem negro, portanto, não é humano! É apenas um homem negro”. Nessa tessitura, apresentamos, ainda, a seguinte situação.

GRÁFICO 04 – Confundido com o profissional da limpeza

É professor de uma turma de crianças de 3 anos, mas já foi confundido no inicio do ano letivo com os profissionais da limpeza.

7 É o professor de uma turma com crianças de 3 anos, mas já foi confundido no inicio do ano letivo com os profissionais da limpeza.

308 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O enunciado vai ao encontro de uma situação vivenciada por um dos professores entrevistados na pesquisa em relação ao preconceito ou discriminação racial. A fala do Professor 1 (um) vem corroborar com o enunciado quando aponta o homem negro sempre visto na subalternidade, principalmente no que se refere ao trabalho.

Eu vejo muitos pais, algumas pessoas na escola, principalmente, quando não lhe conhece, né, lhe associa mais ao faxineiro... não menosprezando a profissão, mas sempre quando você diz que é professor ou tem outra função na escola, sempre há um olhar que você percebe, de fato, um certo preconceito, como se o negro não pudesse assumir determinadas posições na escola, né! No máximo poderia estar na merenda ou no serviço de limpeza, né! É... nem sempre a pessoa pega uma ou outra cara de espanto (PROFESSOR 1).

O Professor 1 (um) entende que certas condutas podem muitas vezes deixar o racismo oculto, não sendo necessariamente expresso de forma verbal, mas no silêncio; entre olhares que circundam a presença do homem negro em determinados espaços sociais, o que se pode observar em suas palavras: “[...] muitas vezes o racismo ele não é aquele racismo claro, num é! [...], tá meio que ali por trás, num é?”.

Quanto ao enunciado anterior (do questionário), 264 entrevistados optaram pela representação do homem negro como o tipo de pessoa que pode ser confundido com o profissional da limpeza pelo simples fato de ser negro. O que está sendo discutido não é o grau de importância de um cargo ou outro; o nível de importância social de um profissional da limpeza ou de professor, mas como a raça atua como elemento estruturante da nossa sociedade. Nesse sentido, Anibal Quijano (2005) enfatiza que a América se consolidou como o primeiro espaço/tempo da modernidade, tendo como elementos pulsantes dessa constituição a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados em raça. Dessa forma, acomoda-se uns em um plano superior aos outros.

Ainda de acordo com Quijano (2005), na América, a ideia de raça foi uma maneira de dar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. Tal questão representou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde

então, a questão racial demonstrou ser uma das mais eficazes e duráveis formas de dominação social universal.

Dessa maneira, segundo o autor, a raça converteu-se no primeiro critério fundamental de classificação social universal para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. De acordo com Silva (2015, p. 54): “tal realidade evidencia os efeitos da colonização na nossa forma ainda hoje de olhar para o outro, ou seja, para aquele que não foi incorporado nesse projeto como o superior, o branco, o europeu”.

4. 1 Desafios pedagógicos na Educação Infantil

Atuar como professor na Educação Infantil não se resume ao trabalho com demandas de cuidado de crianças, mas, sobretudo, envolve habilidades de questões pedagógicas e epistemológicas do ensinar e aprender que objetivam educar integralmente o cidadão. Assim, consideramos que o cuidar e o educar não estão em caminhos separados, pois enquanto cuida das questões físicas dos estudantes, o professor está também educando e vice-versa.

É um processo contínuo de aprendizagem, no qual o professor irá, a partir das competências relacionadas a sua formação e cargo, colocar em prática, por meio de suas habilidades, o domínio que ele possui referente às técnicas e teorias apreendidas ao longo de sua formação. Essas habilidades estão relacionadas às expertises e trabalho pedagógico, no qual ele desenvolve e propicia experiências espaciais, materiais e emocionais condicionadas ao bem-estar da criança, assim como seu desenvolvimento cognitivos, linguístico, espacial, físico e psicomotor, auxiliando, assim, o processo de ensino e aprendizagem.

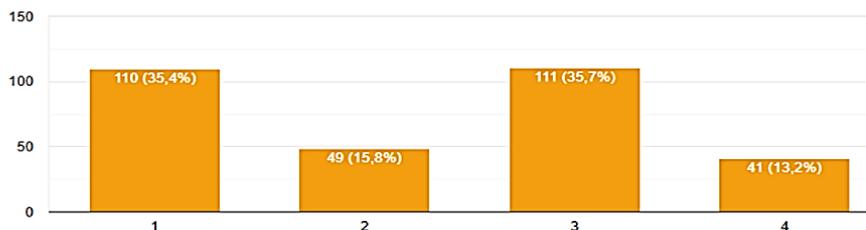
Em seu processo de formação e sua prática pedagógica no ambiente de trabalho, auxiliam o profissional a colocar em prática o que está exposto no currículo, onde mesmo atuará no desenvolvimento integral da criança, nos aspectos expressivo-motor, afetivo, cognitivo, linguístico, ético e sociocultural. Sendo assim, o currículo necessita privilegiar métodos igualitários que aceitem expandir horizontes, experiências em linguagens, proporcionar que os bebês vivam seus conhecimentos, que constituirão precisamente os principais saberes, por meio de vivências, principalmente com a associação do corpo com as brincadeiras lúdicas, com afinidades com diversos adultos e crianças no meio de outros. (BARBOSA, 2010).

GRÁFICO 05 – Afetivo e com habilidades e expertises

Demonstra afetividade com os bebês. Sempre gostou de cantar, dançar, fazer jogos e brincadeiras com elas.

6 Demonstra afetividade com os bebês. Sempre gostou de cantar, dançar, fazer jogos e brincadeiras com elas.

311 respostas



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Do total de 311 (trezentos e onze) entrevistados, 221 (duzentos e vinte e um) consideram que o homem branco (representado pelo AVATAR 1 e AVATAR 3) possui as aptidões relacionadas para realização de jogos, danças e brincadeiras. Embora essas características sejam tidas como femininas, elas podem ser evidenciadas em uma pequena parcela de homens brancos, os quais passam por olhares de desconfiança.

A partir da abordagem referente ao gostar de dançar, fazer brincadeiras e a preferência dos entrevistados pela representação do homem branco, é interessante a colocação da autora Lélia Gonzalez (1982), quando profere que o negro é bem visto nos apontamentos de diversão quando estes alcançam um alto patamar na sociedade, um papel de destaque, como artista, por exemplo, pois a sua imagem enquanto negro é entendida como sinônimo de diversão:

As imagens mais positivas vistas das pessoas negras são aquelas que representam os papéis sociais atribuídos pelo sistema: cantor e/ou compositor popular, jogador de futebol e “mulata”. Em todas essas imagens há um elemento em comum: a pessoa negra é objeto de divertimento. (GONZALEZ, 1982, p.107).

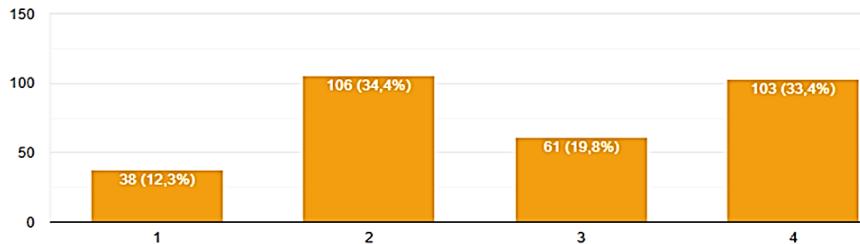
Entretanto, na arena da Educação Infantil, esse espaço não é associado ao professor homem negro. Destacamos que é importante que o profissional que trabalha com bebês demonstre afetividade com as crianças, tornando o ato de cuidar, educar e brincar na creche como prática pedagógica fundamental para o desenvolvimento dos educandos. Com isso, o espaço de berçário é um lugar onde a criança irá fortalecer o seu desenvolvimento afetivo, social, e aspectos cognitivos/ motores (BARBOSA, 2010). Isso remete ao que nos diz a BNCC (BRASIL, 2017) quando direciona o olhar para as práticas pedagógicas do docente homem para com as crianças, onde há uma relação significativa entre a brincadeira e a aprendizagem todos os dias, expandindo, assim, os conhecimentos culturais e corporais que são fundamentais para o imaginário das crianças.

O desenvolvimento das brincadeiras está atrelado ao papel do docente, pois a organização e o direcionamento dessas atividades em sala de aula é uma ferramenta de relevância no processo de aprendizado das crianças da Educação Infantil. Dando continuidade, propusemos o enunciado:

GRÁFICO 06 – Apto para função

9 Prefere trabalhar com os bebês, pois gosta de cuidar/educar, pegar no colo, contar historinhas, colocar para dormir, dando conta dos cuidados com higiene, alimentação, sono, proteção, amparo e aconchego.

308 respostas



Prefere trabalhar com os bebês, pois gosta de cuidar/educar, pegar no colo, contar historinhas, colocar pra dormir, dando conta dos cuidados de higiene, alimentação, sono, proteção, amparo e aconchego.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Sobre as considerações do enunciado, 209 (duzentos e nove) dos participantes apontaram as representações de homens brancos como professores que trabalham cumprindo as funções do cuidar/educar, apresentando as qualidades descritas acima para lidar com crianças. Mais uma vez o homem negro foi considerado o menos apto para função ou não realizador de sua função de forma responsável. Isso acontece pela visão pejorativa que muitas pessoas têm do homem negro e que vem se perpetuando até nos dias atuais.

Nesse sentido, interessante perceber que as ações propostas no enunciado acima ainda são direcionadas quase que exclusivamente para a mulher. No entanto, cada vez mais homens auxiliam suas esposas nas tarefas domésticas e no cuidado dos filhos; casais homoafetivos compostos por homens adotam crianças e, mesmo em número muito pequeno, percebe-se a presença de professores homens na Educação Infantil, o que significa um pequeno avanço da sociedade em relação aos papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher.

Mas a partir das escolhas dos participantes, podemos perceber que mesmo com o pequeno avanço o racismo ainda persiste na visão dos entrevistados com relação a qual homem apresentaria as características apresentadas no enunciado. No quesito da higiene dos bebês, o Professor 3, na sua fala, deixa explícita a questão das suspeitas que a sociedade apresenta em relação ao professor homem cuidando de bebês.

Porque na Educação Infantil tem aquela história de crianças que usam fraldas, então tem a questão de trocar essas crianças, de levar ao banheiro, então tem algumas atividades que talvez a sociedade hoje encara de uma forma preconceituosa ou com medo de alguma coisa, pelo fato da gente ser do sexo masculino. (PROFESSOR 3).

No que diz respeito ao trabalho na Educação Infantil, a divisão de trabalho de acordo com o sexo é algo muito perceptível. Birol (2018, p. 21) afirma que, em se tratando da divisão do trabalho por gênero, há empregos e funções que historicamente foram definidos como de mulheres, por socialmente estarem atrelados às suas habilidades. Claro, existem consequências dessas classificações. Se essa divisão não for considerada, a hierarquia de gênero, classe e raça não

poderia ser explicada e essa divisão produz identidade e desvantagem ao mesmo tempo. Em relação a nossa identidade no mundo, muitas de nossas visões sobre a representação das pessoas ao nosso redor e nosso papel na sociedade estão relacionadas à divisão do trabalho por gênero.

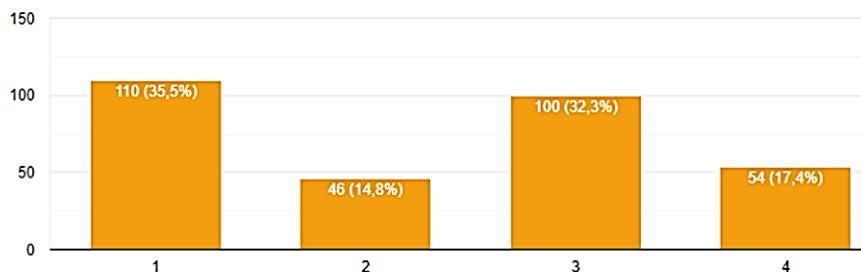
O fazer do professor na creche possui muitas particularidades que necessitam ser analisadas no contexto do planejamento pedagógico. As crianças usam o corpo para se comunicar e interagir de modo intencional, e para compreendê-las é primordial que os/as educadores/as estejam disponíveis para responder às manifestações de comunicações dos bebês em seu dia a dia. É fundamental compreender os bebês e as crianças bem pequenas como agentes ativos no processo de ensino-aprendizagem, proporcionando-os experiências de maneira prazerosa, lúdica e significativas, que (re)signifiquem o seu ambiente sociocultural. Tais ações pedagógicas não requerem como pré-requisitos nem sexo, nem cor específica de algum docente, mas competência profissional.

GRÁFICO 07 – Demonstração de sentimento e orgulho

Se emociona com frequência com as descobertas e aprendizagens das crianças bem pequenas. É sempre afetuoso com elas. Costuma colocá-las no colo e as abraça muito.

3 Se emociona com frequência com as descobertas e aprendizagens das crianças bem pequenas. É sempre afetuoso com elas. Costuma colocá-las no colo e as abraça muito.

310 respostas





Fonte: Elaborado pelo pesquisador

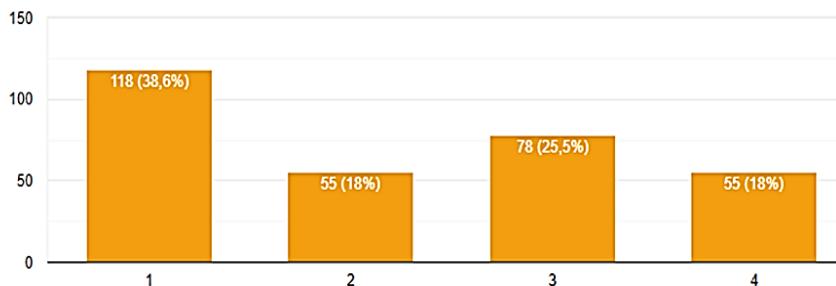
Das 310 (trezentos e dez) pessoas que responderam à pergunta, 210 (duzentos e dez) consideram os homens brancos como os professores que demonstram sentimentos sem oferecer riscos às crianças. É importante notar que os dois avatares de cor mais clara foram apontados como os que tem mais chances de possuírem as características anunciadas. Em complementação à pergunta anterior, indagamos ainda:

GRÁFICO 08 – Furioso e intimidador

É bravo com as crianças bem pequenas e fala alto com elas. Às vezes, elas sentem medo e choram.

4 É bravo com as crianças bem pequenas e fala alto com elas. Às vezes, elas sentem medo e até choram.

306 respostas



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

De acordo com a pergunta acima, 118 (cento e dezoito) pessoas consideraram o homem negro na representação como aquele que causa medo nas crianças, enquanto que os homens brancos podem agir de forma não ofensiva, demonstrando, assim, um comportamento menos hostil dentro das instituições educacionais, principalmente para bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. Percebemos, a partir dos dados obtidos, que a cor da pele negra é considerada como sinônimo de perigo e cautela. Mais uma das formas de considerar o negro como um vilão. Assim como Nkosi (2014) afirma: “A sua aparição, quando autorizada, é reduzida a uma dimensão corpórea, tal como um King Kong descontrolado: tão bruto, tão negro, com mãos rústicas e exacerbado instintos libidinais [...]” (p. 83).

Neste sentido, para Fanon (2008, p. 26), os negros vivem em áreas inexistentes, ou seja, ocupam um lugar invisível no imaginário social. Quando lembrados, estão na posição oposta a tudo relacionado à razão e à humanidade. O autor supracitado sinaliza que ser homem negro é, assim, viver em “[...] uma zona de não-ser [...]”, ou seja, é ocupar um lugar de não existência, de invisibilidade e quando este é lembrado no imaginário social, está em posição contrária a tudo que está associado à racionalidade e humanidade. Logo, o homem negro constitui-se como uma ameaça às crianças que frequentam o ambiente da Educação Infantil.

O carrasco é o homem preto, Satan é preto, fala-se de trevas, quando se está sujo está-se preto, quer isso se aplique à sujidade física ou à sujidade moral. Ficar-se-ia surpreendido, se alguém tivesse o trabalho de as reunir, com o enorme número de expressões que fazem do negro o pecado. Na Europa, o preto, quer concreta, quer simbolicamente, representa o lado mau da personalidade. Enquanto não se tiver compreendido esta afirmação, ficar-se-á condenado a falar inutilmente sobre o problema negro. O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, à noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e do outro lado: o claro olhar da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca. (FANON, 2008, p. 217).

Ao nos depararmos com o argumento acima de Fanon (2008), evidenciamos o já manifestado através dos dados apresentados. O homem negro como aquele

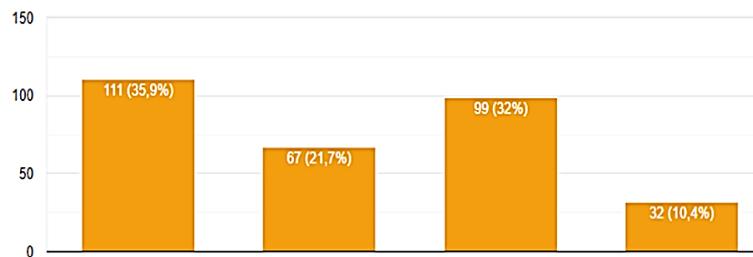
sujeito que causa medo, oferece risco à sociedade; ligado à perversidade, maldade e perigo, em contraposição ao homem branco, que está associado à nobreza, distinção, perfeição. Assim, o negro, o não-familiar, torna-se familiar no papel de perigoso.

GRÁFICO 09 – Responsável e organizado

Nas turmas com crianças bem pequenas é muito atento aos horários para a alimentação, o banho e aos cuidados para essa faixa etária.

10 Nas turmas com crianças bem pequenas é muito atento aos horários para a alimentação, o banho e aos cuidados para essa faixa etária. □

309 respostas



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Em relação às responsabilidades quanto aos horários, banhos, alimentação e cuidados para crianças bem pequenas, novamente os participantes optaram pela representação dos homens brancos. Dos entrevistados, 210 (duzentos e dez) pessoas consideraram os avatares 1 (um) e 3 (três) com os possuidores dos requisitos acima. Partindo da premissa de responsabilidade no desempenho da função, interessante é a fala do Professor 3:

ENTREVISTADOR: Como é ser homem e professor na educação infantil? Esse fato lhe trouxe algum dilema, algum obstáculo/dificuldade com as crianças, famílias e colegas de trabalho?

PROFESSOR 3: No princípio a gente pensa que é fácil, é brincar, é cuidar... Oxe é o que! É difícil, é muito difícil! É melhor você ficar com uma turma de primeiro ou segundo ano do que ficar com a Educação Infantil, porque Educação Infantil... você tá preparando aquela criança pra entrar já no ciclo, nos primeiros ciclos, no ciclo... e assim vai por diante. Mas é difícil, pensei que era fácil, mas só que eu fiquei com muita saudade, porque foi uma turma muito boa, aprendi muito, muito aprendi, bastante, eu aprendi tanto... foi ao mesmo tempo que a minha menina tava com quanto? Tava com 1 ano de idade... Oxe! eu passei com as crianças na sala do ano passado com ensino da minha criança, minha filha! Tem dois anos e dez meses, mas é muito bom mesmo, a experiência muito boa, esse ano eu pensei que eu ia ficar com a Educação Infantil também, mas não! Me colocaram no primeiro ano, só, mas foi a mesma turma, tá entendendo?

O papel do professor da Educação Infantil é trabalhar em uma etapa de formação onde os discentes estão no início da aprendizagem, tanto cognitiva, quanto de princípios e valores, sendo esses aprendizados aperfeiçoados ao longo da vida. O professor na Educação Infantil ensina/cuida dos discentes em um ambiente muito plural e, a partir dessa pluralidade de pessoas e aprendizagens, o professor homem e negro estará sendo a representatividade de uma minoria na qual o papel do indivíduo na sociedade independe de qualquer diferença.

Diante de um novo panorama educacional se faz necessário compreender o papel do docente como aquele que orienta na busca do saber, principalmente quando ele surge como necessidade para ampliar suas habilidades com base nas precisões e desejos individuais das crianças, mediando todo o processo de conhecimentos. Há uma especificidade clara no trabalho do educador de Educação Infantil que é a de apresentar a sensibilidade para as linguagens da criança, para o estímulo à autonomia, para mediar a construção de conhecimentos, como também se colocar no lugar do outro, aspectos indispesáveis na formação de vínculos com bebês e crianças pequenas (BARBOSA, 2009, p. 37).

Infelizmente, algumas crianças convivem com pais preconceituosos que expõem seus filhos a situações de humilhação para com outras pessoas, sendo que essa atitude de humilhação parte do próprio adulto. E quando direcionada para outra criança, torna a situação muito revoltante, assim como para diversas minorias. A fala do Professor 2 (dois) expõe uma situação presenciada pelo mesmo:

ENTREVISTADOR: Já chegou a presenciar algum colega passando por essa questão da discriminação?

PROFESSOR 2: Não! Colega não, colega não, mas, por exemplo, já vivenciei situação de, por exemplo: o pai, ele teve uma atitude discriminativa com colega de outra criança, por ser de cor de pele. [sic]

ENTREVISTADOR: com a criança?

PROFESSOR 2: Por exemplo, uma vez, em uma escola que eu trabalhei, tinha uma quadrilha para fazer e a gente separou os pares... e a menina, ela tinha o poder aquisitivo melhor que o outro estudante e o estudante era de...de negro, e o pai da menina chegou na escola e disse que não queria que a filha dela dançasse com preto e pobre, aí teve essas... essa ação, mas não foi relacionada ao professor nem a ninguém da equipe. [sic]

O papel do professor, de modo geral, não se restringe apenas na mediação de conhecimento, vai muito além, pois ele atua na formação de vários cidadãos. Com

isso, seu trabalho não fica apenas na escola, mas estará presente também na sociedade. Direcionando essa questão do papel do professor para o professor homem e negro, é de suma importância refletir a partir dos pontos elencados acima, como também na questão da referência e resistência.

Para a questão da referência, neste caso trazendo para a Educação Infantil, está atrelada para a presença de um profissional homem e negro no trabalho do cuidar e na função pedagógica. Ele mostra que a construção do homem na sociedade, como um ser humano mais rude e incapaz de lidar com crianças, principalmente no cuidar, está desmoronando, visto que, por mais desafios que enfrentem, na atualidade, muitos homens participam de atividades domésticas. Oliveira (2018) diz que no dia a dia dos primeiros anos da escolarização da Educação Básica a existência de homens é fundamentalmente importante para as crianças, pois elas podem contar com a referência masculina em suas vidas, o que é importantíssimo ao seu integral desenvolvimento.

Muitas vezes, no imaginário social, a presença de uma figura masculina na vida da criança não se dá de forma benéfica e o professor homem na educação é uma forma da criança perceber que a figura do homem, seu papel e ações não é aquela que muitas vezes a traumatiza, a assusta, mas sim o de alguém que o está preparando para a vida em sociedade, dentre outros aspectos, na questão da igualdade de gênero e de uma nova visão e percepção de mundo e realidade.

Na questão da resistência, um dos pontos que podemos trazer a essa discussão é o professor homem não estar na instituição de ensino para ficar apreensivo, mas, a partir de seu trabalho pedagógico, no cuidar do seu aluno, ele vai mostrando para a instituição, para a família e para a sociedade que ele é um profissional capacitado para atender às funções a ele atribuídas, sem oferecer risco algum à integridade intelectual/física da criança. Sayão (2005, p. 16) diz que a presença de professores na Educação Infantil é algo que contribui para a busca pela carreira como docente da Educação Infantil e assim quebra diversos tabus contra a presença e o trabalho do homem nessa etapa da educação básica.

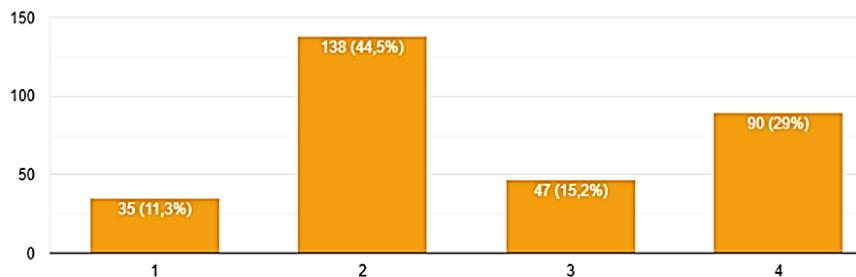
A partir dos pontos elencados no decorrer do texto, como dito anteriormente, o papel do professor está relacionado à formação do cidadão e esse, por ser um ser social, o papel do professor estará presente em todos os aspectos sociais. O papel do professor homem e negro vai um pouco mais além, pois ele é referência e resistência em meio aos desafios impostos pela sociedade e seu espaço social.

GRÁFICO 10 – Representação de delicadeza e beleza estética

É um professor de crianças pequenas de 5 anos. Ele age com muita delicadeza, é muito educado, fala baixo e tem bela caligrafia.

8 É um professor de crianças pequenas de 5 anos. Ele age com muita delicadeza, é muito educado, fala baixo e tem uma bela caligrafia.

310 respostas



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Dos entrevistados, 228 (duzentos e vinte e oito) pessoas optaram pela representação do homem branco para o enunciado dado. Podemos fazer duas considerações a respeito. A primeira está relacionada aos padrões de beleza instituídos. No caso desse enunciado, a maioria das pessoas escolheram os homens brancos como possuidores das características de bela caligrafia, delicadeza, educação e eloquência, enquanto uma minoria atribuiu tais características para os homens negros. Corroborando com a afirmativa acima, Souza (1983) elucida que:

O figurino é branco, em seus diversos matizes. Aqui branco quer dizer aristocrata, elitista, letrado, bem-sucedido. Noutro momento, branco é rico, inteligente, poderoso. Sob quaisquer nuances, em qualquer circunstância, branco é modelo a ser escolhido. Escolha singular, fixada à revelia de quem apenas deve a tal modelo configurar-se. (p. 34).

A segunda consideração está voltada ao preconceito de gênero, visto que muitas vezes o professor homem na Educação Infantil é visto por muitos a partir de um pensamento preconceituoso em relação a sua sexualidade. Condição sexual é algo pessoal e não influencia na profissão de forma muito significativa, pois na instituição está o profissional. Portanto, a palavra delicadeza, nesse sentido, carrega em si uma pressuposição pejorativa, se for pensado por esse lado.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO DA PESQUISA

Como produto desta pesquisa, oriunda do Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas, da Universidade de Pernambuco, etapa esta obrigatória para a conclusão do curso, elaboramos uma cartilha educativa intitulada “Homens na Educação Infantil”, com o propósito de ser um instrumento de desmistificação em relação à presença do professor homem na primeira etapa da educação básica. A sua elaboração iniciou-se em janeiro de 2021, com o envio de uma indagação para alguns pesquisadores que direcionam suas pesquisas para a temática abordada, sendo a seguinte: “Sobre a atuação de professores homens nas turmas de Educação infantil, é importante destacar que... faça suas considerações sobre a temática”. A questão foi enviada através do aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms*, por e-mail, para os pesquisadores e, quando necessário, no campo “ contato” do Currículo Lattes de alguns deles, quando não fora possível encaminhar para seus respectivos e-mails.

Catorze pesquisadores responderam à indagação proposta e suas contribuições estão elencadas na cartilha educativa, onde procuramos mostrar à sociedade que há pesquisadores que estão contribuindo de forma significativa a partir de seus estudos para a desmistificação da atuação do professor homem na Educação Infantil e destacando a importância da presença do mesmo na sala de aula, assim como a relação entre o professor homem na Educação Infantil e a comunidade escolar, a igualdade de gêneros em relação às práticas pedagógicas com também aos cuidados inerentes a essas práticas relacionadas ao processo de cuidar/educar realizadas por profissionais de Educação Infantil homens.

Nesse contexto, para a elaboração da cartilha, foram considerados os depoimentos de Patrícia Gouvêa Nunes (UFMG), Joaquim Ramos (UFMG), Waldinei do Nascimento Ferreira (UFMG), José Luiz Ferreira da (Faculdade de Artes do Paraná), Rodrigo Ruan Merat Moreno da (PUC-RIO), Diego Paiva Bahls (Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Paraná/ PPGE-UFPR), Claudionor Renato dos Santos (Doutor em Educação Escolar pela UNESP), Vinicius Sales dos Santos (Doutor pela UFMG) e Clemerson Elder Trindade Ramos (Mestre pela PUC-GO).

A cartilha ficou assim organizada: no primeiro item/tópico, destacamos: “Na discussão sobre homens na Educação Infantil, é importante considerar que:”. A partir da colocação de Joaquim Ramos (UFMG), é importante que as professoras acolham e aceitem a presença e permanência de professores homens na Educação Infantil, isso favorecerá a relação entre ambos, caso contrário, se houver restrições, mais barreiras o professor homem irá enfrentar na instituição. Para a consideração de Clemerson Elder Trindade Ramos (PUC-GO), podemos entender que a cultura machista/sexista que permeia a sociedade precisa ser revista e combatida, visto que, nesse quesito de trabalho docente, direcionam o trabalho na Educação Infantil apenas para o gênero feminino, segregando, assim, o trabalho pedagógico nessa etapa da educação onde o professor homem não é aceito.

Joaquim Ramos explica, também, que o professor homem, ao compreender a relação entre o cuidar/educar, reelaborando seu trabalho e o executando com profissionalismo e dedicação, terá uma atividade positiva. Claudionor Renato da Silva explica que não se pode mais aceitar os preconceitos relativos à presença do professor homem na Educação Infantil, principalmente quando oriundo dos familiares dos discentes, pois o pedagogo é o profissional capacitado para trabalhar na Educação Infantil. Joaquim Ramos explica a relação entre a família e o docente, principalmente no que diz respeito ao trabalho com crianças de 0 a 3 anos, onde os familiares precisam confiar ainda mais nos professores homens. Porém, muitas vezes o professor homem, ao adentrar nos espaços educativos para lecionar, é remanejado para turmas com crianças maiores ou cargos de coordenação. Joaquim Ramos também traz a questão da aceitação das crianças em relação à presença do professor homem, cuidando e ensinando dos mesmos. Logo, a aceitação se dará de forma positiva, o que pode se dar contrariamente, com relação aos seus familiares.

No segundo item, intitulado “Você sabia?”, apresentamos os depoimentos abaixo descritos.

Joaquim Ramos intitula o período de adaptação do professor homem na Educação Infantil como estágio comprobatório, pois, nesse “estágio”, o professor homem é avaliado/vigiado pela comunidade escolar quanto ao seu caráter e integridade em relação ao (não) oferecimento riscos à criança. O pesquisador

também explica que, mesmo que a atuação docente seja direcionada ao gênero feminino, quando a equipe da instituição entende a importância de aceitar ambos os gêneros (masculino e feminino) no corpo docente, o trabalho do professor homem se dará de forma mais tranquila.

José Luiz explica que o homem, de alguma forma, sempre esteve ou está presente na Educação Infantil, seja na forma simbólica ou concreta. A participação de homens nessa etapa da educação funciona no combate a estigmas e lança um novo olhar sobre a questão das masculinidades. Rodrigo Ruan Merat Moreno diz que o bom profissional não está relacionado a um único gênero e que o maternal pode ser uma característica atribuída ao ser humano, não necessariamente ao gênero feminino.

Na terceira sessão, “Fique de olho”, Joaquim Ramos evidencia a importância do diálogo entre o professor e a família para evitar desconfianças, acusações ou achismos nas entrelinhas e no subentendido. Claudionor Renato da Silva considera que, se no Projeto Político Pedagógico da escola houver questões voltadas às relações de gênero na docência infantil, possibilitará diversos pontos positivos, já que tornando-se como um projeto social, lidará com questões voltadas à igualdade entre gêneros, fortalecerá causas feministas e permitirá erradicação de abusos sexuais contra crianças e adultos.

Por fim, destacamos algumas questões “Para refletir”. Novamente, Joaquim Ramos evidencia a importância do diálogo para ajudar o professor em seu trabalho na Educação Infantil. O respeito e profissionalismo entre ele e as professoras, bem como seu próprio comportamento, o auxiliará em seu processo de adaptação e permanência na instituição. Para Waldinei do Nascimento, a temática sobre professores homens na Educação Infantil precisa ser divulgada para outros âmbitos da sociedade, não ficando apenas nas instituições de ensino. Para Claudionor Renato da Silva, a presença do professor homem na Educação Infantil, à longo prazo, auxiliará na construção de uma sociedade em que o respeito estará presente, tanto em relação às mulheres quanto sobre as diversas masculinidades e condições sexuais dos professores. Clemerson Elder Trindade Ramos evidencia que é importante a demarcação do ambiente da Educação Infantil como lugar possível tanto para homens como para mulheres. Quanto a mim, José Erivan Soares, autor da presente dissertação, considero que a presença

do professor homem na Educação Infantil envolve outras concepções de masculinidade, visto que se a masculinidade está envolta de preconceitos e estígmas, na Educação Infantil, o professor homem mostra para a sociedade, a partir de seu trabalho, que é capaz de cuidar e educar crianças sem oferecer-lhes riscos, mostrando que o homem também pode possuir a maternagem.

Esperamos assim que, por meio desta cartilha, os profissionais da Educação Infantil possam refletir que o profissional com boa formação é que de fato deve estar atuando na Educação Infantil, independente de ser do gênero masculino ou feminino. Assim, almejamos que a presença do homem atuando na Educação Infantil seja encarada de forma mais positiva, buscando compreender que sua presença não trará riscos aos discentes, mas aspectos que levam a reflexão sobre a sua representatividade na sala de aula e sobre a igualdade de papéis sociais entre os gêneros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da presente pesquisa, visamos, inicialmente, a compreensão das questões relativas aos preconceitos e discriminações sofridas por profissionais homens atuando na Educação Infantil em decorrência da sua inserção em uma área que, aos olhos da sociedade, é destinada a mulheres.

Após a inserção no Programa de Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas – PROCADI, as reflexões foram ampliadas e começamos a ponderar sobre os desafios que o professor homem negro poderia enfrentar nesse cenário, considerando que, para a população negra, em muitos espaços, o respeito e a visibilidade é negada. Dessa maneira, fez-se necessário compreender os entraves que são atribuídos ao professor do gênero masculino e negro na Educação Infantil, bem como por que as provocações de cunho preconceituoso são direcionadas para o docente negro com mais intensidade do que ao branco.

Ao tratarmos sobre a presença de homens na Educação Infantil, compreendemos que a sociedade aplica um olhar de discriminação e preconceito, salientando que o docente homem não é capaz de cuidar/educar de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, considerando-o sem habilidades; que não tem o conhecimento, muito menos afetividade; criticando e dificultando a sua presença no ambiente da Educação Infantil.

Quando passamos a discutir a questão da presença de homens nessa etapa também a partir do conceito de raça, compreendemos que a questão da racial é ainda mais latente que a de gênero, pois um homem negro é primeiramente visto pela sua cor e depois pelo seu gênero. É o conceito atual de raça que atua destinando e negando lugares à população negra. É por ser primeiramente negro, depois homem e professor que a sua atuação na Educação Infantil é julgada. Mesmo que biologicamente o conceito de raça não faça sentido, ele é fortemente operante no campo educacional, tanto nas relações entre docentes, como na relação entre as crianças, assim como entre crianças e docentes e vice e versa.

A masculinidade negra, desde os primórdios da civilização, é considerada como algo diferente, sendo caracterizada como inferior e subalterna. Por mais que existam lutas em prol do combate ao racismo, a masculinidade está marcada

por estereótipos que os colocam (os homens negros) em um lugar de inferioridade, idealizando-os de forma pejorativa e violenta. Trazendo para o contexto da presente dissertação, esses estereótipos e práticas racistas já historicamente enraizadas na sociedade tornam a presença do homem negro como professor da Educação Infantil repleta de questionamentos e dúvidas quanto a sua conduta, caráter e inteligência.

A masculinidade negra, ao ser construída baseada, sobretudo, no falocentrismo, atribui ao homem negro os lugares da hiperssexualização, da virilidade, da personalidade violenta e/ou agressiva, perigosa, negando a eles o direito de serem reconhecidos como competentes, inteligentes e bons profissionais. Assim, essas formas de desumanização também excluem o homem negro do espaço da Educação Infantil, fazendo com que paire sobre a sua atuação profissional olhares ainda mais desconfiados e preconceituosos do que aos homens não negros.

Dessa maneira, mesmo que o preconceito incida fortemente sobre a atuação dos homens na Educação Infantil, quando situamos homens brancos e negros como professores, é sobre o homem professor e negro que as desconfianças se ampliam fortemente.

Nesse sentido, os dados da pesquisa evidenciaram que o docente homem e negro sofrera/sofre discriminações por atuar na Educação Infantil, tanto pelos pais dos alunos, quanto pelos pares de trabalho e, ainda, pela comunidade externa à escola. Desta maneira, ratificamos que o fazer pedagógico exercido pelo professor homem negro e não negro não deve ser qualificado por aspectos como raça e gênero.

Assim, salientamos que o desenvolvimento de boas práticas educativas com bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas estão relacionadas com elementos como o compromisso com a sua formação inicial e continuada; a ética profissional, o engajamento com as demandas da escola e da comunidade, o acolhimento da comunidade escolar, dentre outros elementos pedagógicos. Mas essas questões não se associam com o gênero, tampouco a raça.

Nesse cenário, elaboramos uma cartilha como produto final desta pesquisa, com a participação de alguns pesquisadores/as com os quais dialogamos nesta dissertação, bem como, outros/as que versam sobre a questão, considerando que temos, a partir das nossas experiências com a temática, significativas contribuições

que podem ser divulgadas amplamente junto à comunidade escolar, visando à desmistificação de que a Educação Infantil não é espaço para homens.

Na nossa concepção, Educação Infantil é um espaço para todos/as os/as comprometidos/as e qualificados/as com a educação e que nesse espaço desejem atuar. Assim, em formato de arquivo digital, a cartilha será compartilhada com as redes municipais que integram o Agreste Meridional, bem como com os/as pesquisadores/as que contribuíram com a sua feitura.

Esperamos que ela promova novos olhares que possibilite mais discussões/reflexões acerca da atuação do homem negro e não negro como educador na Educação Infantil, considerando que precisamos fortalecer a democracia e buscar a equidade no campo educacional. A partir das inquietações que norteiam essa pesquisa, outras pesquisas podem ser realizadas partindo da temática da masculinidade negra, tais como: a historicidade do homem negro na Educação Infantil; as práticas docentes de homens negros na Educação Infantil; as barreiras enfrentadas por esses homens nas relações com pares e/ou com as famílias, dentre outras possibilidades de análise desse sujeito inserido no contexto da Educação Infantil.

Ser homem e negro sempre foi um desafio. Portanto, finalizamos esta pesquisa e estas composições reflexivas com a perspectiva de que ela possa, de alguma maneira, colaborar para com os leitores, pesquisadores e com todos os profissionais de Educação Infantil, independentemente de gênero e raça. Que ela possa contribuir e despertar um olhar acerca da presença de homens na Educação Infantil e, sobretudo, sobre o professor negro e homem cuidando e educando bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. Que esse exercício de homens na Educação Infantil seja permeado por competência, ética profissional, responsabilidade, compromisso, respeito e muito amor. Assim, compreendemos a importância de oportunizar os homens ao exercício da sua profissão docente, também na Educação Infantil, como uma ação pedagógica humana, comprometida com a diferença, a equidade, a democracia.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Inteseccionalidade:** feminismos plurais. RIBEIRO, Djamila (org.). São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ALESSI, Gil. “Porque o senhor atirou em mim?”: a voz dos jovens inocentes mortos pela PM. **El País: Brasil**, São Paulo, 22 de mai. de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/08/politica/1460132767_979858.html> Acesso em: 13 fev. 2021.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação:** a paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998.

ARAÚJO, Luciane Marques de; PENNA, Lucia Helena Garcia. A relação entre sexo, identidades sexual e de gênero no campo da saúde da mulher. **Revista Enfermagem**. jan/fev; v. 22. UERJ. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v22n1/v22n1a21.pdf>> Acesso em: 05 Nov. 2019.

BARBUJANI, Guido. **A invenção das raças:** existem mesmo raças humanas?: diversidade e preconceito racial. São Paulo: Contexto, 2007.

BARIFOUSE, Rafael. **STF aprova a criminalização da homofobia.** São Paulo: News/Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>> Acesso em: 07 Nov. 2019

BARRETO. Ana Cristina Teixeira. **Igualdade entre os sexos: Carta de 1988 é um marco contra discriminação.** São Paulo: Consultor jurídico, 2010. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2010-nov-05/constituicao-1988-marco-discriminacao-familia-contemporanea>> Acesso em: 02 Nov. 2019.

BENTO, Maria A. S. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. *In:* CARONE, Iray; BENTO, Maria A. S. (org.). **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2003.

BERNARDINO, J. Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (org.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BILGE, Sirma. **Théorisations féministes de l'intersectionnalité**, Diogène, vol. 1, n° 225, 2009, p. 70-88.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação para igualdade de gênero**. Brasília: Salto para o futuro, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/ Secretaria de Educação Básica**. - Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Gêneros**: saúde e Prevenção nas Escola. Coleção Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Vol. 7. Brasília: MEC, 2011.

CARVALHO, M. P. D. Vozes masculinas numa profissão feminina. **Revista Estudos Feministas**, v. 6, n. 2, p. 406-422, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12017>> Acesso em: Acesso em: 02 Nov. 2020.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros. **Perfil do professor da Educação Básica. Inep/MEC**. Brasília- DF, 2018. Disponível em : <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/486324/Perfil+do+Professor+da+Educação+Básica/6b636752-855f-4402-b7d7-b9a43ccffd3e?version=1.13>> Acesso em 20 de nov de 2020.

CARVALHO, M. P. de. Gênero e política educacional em tempo de incerteza. In: HYPOLITO À. M; GANDIN, L. A. (org.). **Educação em tempos de incertezas**. Belo Horizonte: Autentica, 1988.

CASTELLS, Manuel; **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALLEIRO, E. S. Considerações sobre a etnologia na escola e prática investigativa sobre as relações raciais e de gênero. In: WELLER, W. PFAFF, N. (org.) **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**. Teoria e Prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CÉSAR, Caio. Hiperssexualização, autoestima e relacionamento inter-racial. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo. (org.). **Diálogos contemporâneos**: sobre homens negros e masculinidades. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa**: experiências e história na pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CONNEL, Robert w. MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n 1 p. 242-282, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X201300010001>> Acesso em: 13 de fev. de 2021.

CONNELL, Robert W. La organizacion social de la masculinidad. In: OLA-VARRIA, José; VALDÉS, Teresa (org.). **Masculinidades**: poder y criss. Santiago, Chile: Ediciones de las mujeres, 1997. Disponível em: <<https://joseolavarria.cl/wp-content/uploads/downloads/2014/08/Masculinidad-poder-y-crisis-Valdes-y-Olavarria.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2020.

COSTA, C. E. C. **Tem na escola!!!** Um olhar sobre o corpo/identidade masculino na educação/saúde da infância. 2007. 139f. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero.** 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, vol. 43, n. 124. 1993. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1229039?seq=1>> Acesso em: 22 abr. 2020.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Unicef Brasil para cada criança. Disponível em: <[http:// https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos](https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos)> Acesso em 2 de Novembro de 2019.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERREIRA, Waldinei do Nascimento. **As relações de cuidado e de gênero presentes nos relatos de homens professores nas Unidades Municipais de educação Infantil de Belo Horizonte.** 2017. 160f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade e Minas Gerais, MG.

FONSECA, Thomaz Spartacus Martins. **Quem é o professor homem dos anos iniciais? Discursos, representações e relações de gênero.** 2011, 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001.

HEBERMAN. M. O ciclo de vida profissional dos professores. *In: NÓVOA, A. (org.). Vidas de professores.* 2.ed. Porto: Editora Porto, 1995.

HENTGES, Karine Jacques. **Homens na educação infantil: o que pensam as diretoras sobre isso?** 2015. 90f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação.** São Paulo: Elafante Editora, 2019.

HOOKS, Bell. **Homens negros e masculinidade tradução até capítulo 4: Traduções de Sociologia.** doccity. Universidade Federal do Ceará (UFC),2019. Disponível em: < <https://www.doccity.com/pt/bell-hooks-homens-negros-e-masculinidade-traducao-ate-capitulo-4/4971084/> > Acesso em 10 de fev. de 2021.

JAEGER, Angelita Alice; JACQUES, Karine. **Masculinidades e docência na educação infantil.** 2017. 26f. [Artigo] Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

LIMA. Thaísa de Oliveira. Sei que existe, mas não quero ver: o preconceito com crianças negras na Educação Infantil. Itinerarius Reflectionis. **Revista eletrônica do curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG**, vol. 1, n.10, 2011. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/20447/1193> > Acesso em: 03 Jan. 2021.

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; BERNARDIM, Geovana de Paula. **O profissional do gênero masculino na educação infantil: com a palavra, pais e professores.** 2015. 18f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Sul de Santa Catarina, SC.

MARTINS, Lucas Cardoso. **Professores homens nos anos iniciais do ensino fundamental: os processos de constituição das identidades docentes a partir de narrativas.** 2017. 126f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande, RS.

MATEUS, A. **Os acadêmicos negros do curso de Pedagogia e suas identidades e diferenças:** um estudo em uma faculdade de Rio Verde/GO. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande – MS, p.65. 2019. Disponível em:<<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1028902-alexandro-s-mateus.pdf>> Acesso em: 17 Dez. 2020.

MEDRADO, Benedito. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. *In: ARILHA, M. et al. (org.) Homens e masculinidades: outras palavras.* São Paulo: Ecos / 34, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

MONTEIRO, K. M; ALTMANN, H. **Na docência: professores homens na educação infantil.** 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO.

MONTEIRO, Mariana Kubilius. **Trajetórias na docência: professores homens na educação infantil.** 2014. 152f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em educação Física. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

MORAES, Ana Alcídia de Araújo. **Histórias de leitura em narrativas de professoras:** uma alternativa de formação. Manaus: Editora Universidade do Amazonas, 1999/2000.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORENO, Rodrigo Ruan Merat. **Professores Homens na Educação Infantil do Município do Rio de Janeiro: Vozes, Experiências, Memórias e Histórias.** Rio de Janeiro, 2017, 154p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Rio de Janeiro, 2003. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação (PENESB). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raças, racismo, identidade étnica e etnia.** Cadernos Penesb, Niterói. 5,p.17-34,2000.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém.** Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NKOSI, F. D. O pênis sem falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidade e racismo *In: BLAY, Eva Alterman (org.) Feminismo e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra mulher.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

NOVAES, Maria Eliana. **Professora primária:** mestra ou tia. São Paulo: Cortez, 1984.

NÓVOA, Antônio. **Vidas de professores.** Porto: Porto Editora,1995.

NUNES, Patrícia Gouvêa. **Docência e gênero: um estudo sobre o professor homem na educação infantil da rede municipal de ensino de Rio Verde (GO).** 2013. 126f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás – GO.

OLIVEIRA, Ricardo da Cunha. **Docência Masculina Na Educação Infantil.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 12, Vol. 01, pp. 80-94 Dezembro de 2018. ISSN:2448-0959. Acesso em 28 de Jan. de 2021.

PENA, S. D. J.; BORTOLINI, M. C. Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? **Estudos Avançados,** São Paulo, v.18, n.50, p.31-50, jan./apr. 2004.

PEREIRA, Maria Arlete Basto. **Professor homem**: o estrangeiro na educação infantil. Curitiba: Appris, 2016.

PINTO, Márcia. C. C; FERREIRA, Ricardo F. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesquisa e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 257-266, jul.-dez. 2014.

PRADO, Patrícia Dias; ANSELMO, Viviane Soares. Masculinidades, feminilidades e dimensão brincalhona: reflexões sobre gênero e docência na Educação Infantil. **Pro-positões**. Campinas/SP, FE-UNICAMO, v.30m, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pp/v30/1980-6248-pp-30-e20170137.pdf>> Acesso em: 06 jul. 2020

PRÓTON, Sara. (Publicado por). PL 1174|2019: **O retrocesso e a discriminação em proibir homens de trocar fraldas**. Jusbrasil,2019. Disponível em: <<https://saraprotion.jusbrasil.com.br/noticias/771199909/pl-1174-2019-o-retrocesso-e-a-discriminacao-em-proibir-homens-de-trocar-fraldas>> Acesso em 2 de Novembro de 2019

RABELO, Amanda Oliveira. “Eu gosto de ser professor e gosto de crianças”: a escolha profissional dos homens pela docência na escola primária. 11f. [Artigo] **Revista Lusófona de Educação**. 2010.

RABELO, Amanda Oliveira. Professores discriminados: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental. 2013. 94f. [Artigo] **Educação & Pesquisa**, São Paulo.

RAMOS, J. **Um estudo sobre os professores homens da educação infantil e as relações de gênero na rede municipal de Belo Horizonte - MG**. 140f.2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RAMOS, Joaquim. **Gênero na Educação Infantil**: relações (im)possíveis para professores homens. Jundiaí: Paco Editorial: 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Expansão da Educação Infantil e processos de exclusão.** Cadernos de Pesquisa, n. 107, julho/1999, p. 7- 40.

SANTOS, Gabriela da Silva. **Gênero sexualidade e sexismo na Educação Infantil e sua presença nas produções acadêmicas.** Campinas - SP: 2015.

SANTOS, Lilian Borges dos. **Gênero e Educação Infantil:** o trabalho de educação e cuidado de um auxiliar do sexo masculino e seus desdobramentos no cotidiano de uma escola infantil. 2014. 140f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul.

SANTOS, Daniel dos. **Ogó: encruzilhadas de uma história das masculinidades e sexualidades negras na diáspora atlântica.** Universitas Humanas, Brasília, v. 11, n. 1, p. 7-20, jan./jun. 2014. Disponível em: < <https://uniceub.emnuvens.com.br/universitashumanas/article/viewFile/2923/2454> > Acesso em: 10 de fev. de 2021.

SAPAROLLI, Eliana Campos Leite. **Educador Infantil:** uma ocupação de gênero feminino. 1997. Dissertação de Mestrado (Resumo). PUC – SP.

SAYÃO, Déborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche.** 2005.272 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,2005.

SAYÃO. Déborah Thomé. **Relações de gênero na creche:** os homens no cuidado e educação das crianças. In: 25a. Reunião Anual da ANPED, 2002, Caxambu. Anais. Minas Gerais: ANPED, 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v.15, n.2, p.5-22, jul./dez.1990

SILVA, C. RENATO da. **Docência Masculina na Educação Infantil**: impressões de um iniciante. Gênero e Raça em discussão. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

SILVA, Isabel de Oliveira; LUZ, Iza Rodrigues da. **Meninos na Educação Infantil**: olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. Cadernos p. (346), janeiro-junho de 2010:17-39.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Natalino Neves da. **Juventude na EJA**: o direito à diferença. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. p. 96 - 102.

SOUZA, M. Í. de. **Homem como professor de creche**: sentidos e significados atribuídos pelos diferentes atores institucionais. Ribeirão Preto – SP: Dissertação de mestrado, USP, 2010.

SOUZA, Rolf Ribeiro. **As representações do homem negro e suas consequências**. Revista Fórum Identidades, Itabaiana, ano 3, vol. 6, p. 97-115, jul-dez de 2009. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/issue/view/183>>. Acesso em 13 de fev. de 2021.

TELLES, Edward Eric. **Racismo á brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Tradução: Nadjed Rodrigues Marques; Camila Olsen. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2003.

TEIXEIRA, Moema De Poli. **Negros na universidade**: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VANINI, Eduardo. **Homens lidam com estigma ao lecionar no ensino infantil**. Portal O Globo, 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/homens-lidam-com-estigma-ao-lecionar-no-ensino-infantil-11831999>>. Acesso em 13 de agosto de 2017

VIANNA, Cláudia; RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. *In: AQUINO, Julio Groppa (org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e prática.* São Paulo: Summus, 1998.

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher.** São Paulo: Cortez, 1989.

